

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

"SIGNIFICADO DE DEMOCRACIA"

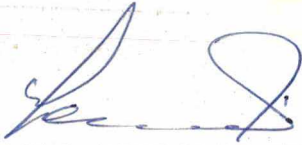
DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA CATARINA PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS -
ESPECIALIDADE DIREITO.

JOSELETO COSTA DE ALMEIDA PEREIRA

MARÇO - 1982

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DI
REITO E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO.


DOUTOR OSNI DE MEDEIROS RÉGIS
ORIENTADOR


DOUTOR PAULO HENRIQUE BLASI
COORDENADOR DO CURSO

APRESENTADA PERANTE A BANCA EXAMINADORA COMPOSTA DOS
PROFESSORES:


DOUTOR OSNI DE MEDEIROS RÉGIS
PRESIDENTE


DOUTOR ALCIDES ABREU
MEMBRO

DOUTOR CLÓVIS DE SOUTO GOULART
MEMBRO

GRATIDÃO
AOS MEUS PAIS ANACLETO PEREIRA
E JULICE DE ALMEIDA PEREIRA

AGRADECIMENTOS

AOS PROFESSORES DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO, PELOS ENSINAMENTOS,

A TODOS OS COLEGAS PELA CONVIVÊNCIA,

E A TODOS QUE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, ME
INCENTIVARAM NA CONSECUÇÃO DESTES TRABALHOS,

A ESTES, RESGUARDO OS POSSÍVEIS LIMITES E
EQUÍVOCOS DE CONTEÚDO DO MESMO TRABALHO.

SUMÁRIO

	PAG.
I . RESUMO	01
II. RÉSUMÉ	03
III. INTRODUÇÃO	05
CAPÍTULO I	
O PENSAMENTO POLÍTICO DE	
MONTESQUIEU NO QUE SE REFERE A DEMOCRACIA ..	14
CAPÍTULO II	
A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	
DE C.B. MACPHERSON	42
CAPÍTULO III	
A PARTICIPAÇÃO DO INDIVÍDUO	
COMO EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA	81
3.1. MOVIMENTOS SOCIAIS	96
3.2. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	115
IV . CONCLUSÃO	136
V . BIBLIOGRAFIA	151

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o "Significado de Democracia", tomando como base o pensamento político de Montesquieu e as idéias do Professor Macpherson.

Ao selecionarmos o pensamento de Montesquieu entre tantos outros pensadores filósofos políticos, cabe uma explicação, e esta é devida à sua grande obra revolucionária, que teve como fundamento uma ordem metodológica reconhecidamente científica, enriquecendo não só o seu trabalho mas tornando mais científico o pensamento político.

E para entendermos a problemática da Democracia hoje, elegemos as idéias e proposta do Professor Macpherson.

Ao repensarmos a Democracia como um processo histórico irreversível, investimos na participação do indivíduo como ponto fundamental da sua evolução.

Portanto, neste trabalho não pretendemos conceituar Democracia nem oferecer um "modelo" de sociedade, mas repensá-la, acreditando num aperfeiçoamento do pensamento político e social do indivíduo.

E assim defendemos ser a Democracia um desafio do dia-dia de cada indivíduo em face de questões políticas e sociais,

ou seja, será o impulso da práxis que vai mover os nossos dias e desenvolver a vida dos cidadãos nas sociedades contemporâneas.

Portanto, para melhorar a própria condição de vida, os indivíduos precisam acreditar em si mesmos, criando juntos uma nova "filosofia de vida".

O presente estudo está dividido da seguinte maneira:

Introdução, através da qual procuramos situar para o leitor a questão que vai ser desenvolvida;

No primeiro capítulo tratamos do Pensamento Político de Montesquieu no que se refere à Democracia;

No segundo capítulo, procuramos explicitar a problemática da Democracia, partindo da proposta do Professor Macpherson, que é a "Democracia Participativa";

No terceiro capítulo desenvolvemos o tema "Participação do Indivíduo como Evolução da Democracia", subdividindo-a em dois itens:

- Movimentos Sociais
- Democracia Participativa

E finalmente, como conclusão, podemos dizer que sinteticamente, a Democracia não é uma manifestação acabada, mas antes de tudo um processo de luta ininterrupta de novas idéias, de novas descobertas e de novas formas de vida.

RÉSUMÉ

L'objective de ce travail est de faire une réflexion sur la "Signification de la Démocratie", prenant pour base la pensée politique de MONTESQUIEU et les idées du professeur Macpherson.

Le fait que nous ayons choisi la pensée de Montesquieu parmi tant d'autres penseurs philosophes politiques exige une explication, et celle-ci est dû à sa grande oeuvre révolutionnaire qui eut comme fondement un ordre méthodologique reconnu comme scientifique, enrichissant non seulement son travail mais rendant plus scientifique la pensée politique.

Et pour comprendre la problématique de la démocratie actuellement, nous avons élu les idées et propos du professeur Macpherson.

En repensant la démocratie comme un processus historique irréversible, nous investissons dans la participation de l'individu comme point fondamental de son évolution.

Nous ne prétendons donc pas dans ce travail conceptualiser la démocratie ni offrir un "modèle" de société, mais la repenser croyant à un perfectionnement de la pensée politique et sociale de l'individu.

Nous défendons ainsi la démocratie comme un défi de tous les jours de chaque individu face à des questions

politiques et sociales, c'est à dire que ce sera l'élan de la praxis qui entraînera nos jours et développera la vie des citoyens dans les sociétés contemporaines.

Ainsi, pour améliorer la condition de vie en elle-même l'individu doit croire en lui, et, ensemble, créer une nouvelle "philosophie de vie".

Cette étude est divisée de la manière suivante:

Introduction, dans laquelle nous cherchons à situer pour le lecteur la question qui sera développée;

Dans le chapitre premier, nous traitons de la Pensée Politique de Montesquieu pour ce qui se réfère à la Démocratie;

Dans le chapitre second, nous cherchons à expliquer la problématique de la démocratie, partant du propos du Professeur Macpherson, qui est la "Démocratie Participative";

Dans le chapitre troisième, nous développons le thème "Participation de l'Individu comme Evolution de la Démocratie", divisé en deux parties:

- Mouvements Sociaux
- Démocratie Participative

Et finalement, comme conclusion, nous pouvons dire que synthétiquement la démocratie n'est pas une manifestation finie, mais avant tout un processus de lutte ininterrompue de nouvelles idées, de nouvelles découvertes et de nouvelles formes de vie.

I N T R O D U Ç Ã O

Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o "Significado de Democracia", levando em consideração a participação do indivíduo como ponto de partida para a consecução de uma nova sociedade.

Por conseguinte, trata-se de um questionamento a nível teórico mas com apoio em exemplos concretos de nossos dias, ou seja, no decorrer do trabalho vamos fazer referências a casos reais a título de ilustração, pois dentro das peculiaridades de cada país é que o indivíduo deve criar espaço para participar e questionar sua vida, reivindicando mudanças que sirvam para todos sem discriminações sociais, econômicas e políticas.

Portanto, a Democracia não deixa de ser uma vivência social continuamente renovada como é a própria essência do homem ativo e preocupado com o mundo que o cerca, pois todos nós somos convocados a realizar a democracia para o nosso tempo e para o nosso lugar.

E dentro desta problemática surge a pergunta de todos nós: qual a prática democrática para o nosso tempo? E no momento não temos outra resposta senão investirmos na consciência do indivíduo para modificarmos a visão consumista e a nossa apatia política, que nos deixa indiferentes aos problemas coletivos que também são nossos.

Todas as doutrinas econômicas e sociais serão impo-
tentes para reformar o mundo, para aliviar e melhorar as con-
dições de vida, porque é preciso acreditar primeiro em nós
mesmos para, juntos, criarmos uma "filosofia de vida", e,
nesta transformação, valorizar o sentir, o pensar e o agir.

E quando procuramos entender a realidade, nada
melhor do que adentrarmos na profundidade da história, e na
medida em que adquirirmos a consciência da nossa realidade,
deixaremos a teoria, que é um ato de solidão, e procuraremos
a práxis, que é um ato coletivo.

E é o impulso da práxis que vai mover os nossos
dias e desenvolver a vida dos cidadãos nas sociedades contem-
porâneas, se bem que com esta afirmação não estejamos descar-
tando o papel da teoria enquanto filosofia, enquanto instru-
mento de tomada de posição. A teoria acima criticada se refe-
re tão somente à divagação intelectual descompromissada.

Se é certo que as concepções do mundo são o inevitá-
vel ponto de partida de toda a reflexão sobre o próprio mun-
do, sobre a vida e sobre a sociedade, então o discurso políti-
co será sempre incompleto se na reflexão não houver um mínimo
de sentido crítico.

A análise de uma discussão teórica leva-nos a reexa-
minar as questões das teorias políticas e sociais sempre que
desejamos entender a nossa própria história.

Portanto, o motivo de escolhermos Montesquieu para
fazermos algumas considerações sobre o "Significado de Demo-
cracia" é devido à sua grande obra revolucionária que teve co-
mo base uma ordem metodológica reconhecidamente científica, en-
riquecendo não só o seu trabalho mas tornando mais científico

o pensamento político.

Por selecionarmos Montesquieu entre tantos outros pensadores e filósofos políticos, cabe uma explicação e esta é devido às suas idéias ou seja, Montesquieu escreveu a realidade sem as abstrações peculiares dos grandes pensadores do Século das Luzes (Século XVIII), escreveu o que via e analisava a sociedade como ela era.

A problemática da democracia foi levantada e discutida numa época onde tudo se aproximava mais do abstrato do que da realidade e Montesquieu registrou sem muitas abstrações o pensamento do seu tempo, embora o pensamento político daquele tempo tenha sido a semente do que hoje podemos chamar evolução das idéias políticas e sociais.

Portanto, com o objetivo de eleger neste trabalho Montesquieu como um pensador clássico e enfocarmos a proposta de C.B.Macpherson no que se refere à democracia, nada mais dese jávamos de que repensá-la tomando como base um fio condutor da investigação teórica.

Pois a filosofia do Século XVIII inaugurara as principais vertentes do pensamento moderno com a confiança na ciência como característica do espírito moderno. Essa confiança alimentava uma expectativa que passou a animar a modernidade: a de que todos os problemas, em quaisquer setores, viessem a ser elucidados e esclarecidos. O progresso da ciência afastaria todas as sombras e instauraria a claridade, a lúcida compreensão. Em lugar do mistério, das credices, da cega submissão à autoridade, seria instalado o primado da razão.

E, se no plano do conhecimento isso significaria o fim da ignoç

rância, no plano social e político representaria a base para a defesa da liberdade e da igualdade entre os homens.

E foi a característica deste estado de espírito que se manifestou não apenas na reflexão filosófica, como também nos diversos aspectos da atividade humana. E foi esta convicção de otimismo de que a razão, em seu progresso, esclareceria todas as questões, que procurou uma reorganização das bases da sociedade através de princípios novos estritamente racionais.

E com toda força Montesquieu surgiu, depois de muitas divagações e críticas, com a grande obra "Do Espírito das Leis", onde procura analisar extensa e profundamente a estrutura e a conexão interna dos fatos humanos e formula um rigoroso esquema de interpretação do mundo histórico, social e político de sua época.

O importante foi a maneira de como foi desenvolvido o trabalho por Montesquieu, a sua originalidade, que consistiu na revolução metodológica. O método de Montesquieu comporta dois aspectos interrelacionados: o primeiro, exclui da ciência social todas perspectivas religiosas ou morais; e o segundo, afasta o autor das teorias abstratas dedutivas e o dirige para a abordagem descritiva e comparativa dos fatos sociais.

Montesquieu analisa o conhecimento humano e conclui que só se pode realizar um correto conhecimento dos fatos humanos na medida em que eles sejam visados como são e não como deveriam ser, ou seja, analisando-os cientificamente sem uma visão finalista, livres e independentes de fins religiosos e morais.

Montesquieu, que se antecipou teoricamente em três séculos ao que é o Estado Moderno, ao substituir os juízos apriorísticos pela observação, dizia não extrair os seus princípios dos seus preconceitos mas da natureza das coisas.

Por isso mesmo os cientistas sociais, prudentemente, se recusaram a conceituar democracia. É que, entre as formas vivenciadas dentro da evolução política dos povos, a Democracia obedece sempre a variáveis de condicionamento histórico-culturais. A verdade é que a partir do Século XVIII uma revolução radical no modo de pensar do homem sobre si mesmo e sua sociedade, levou-o a assumir uma responsabilidade no seu destino, do mundo superorgânico e, conseqüentemente, reformular o sistema político instituído pela tradição secular.

A Democracia tem algumas das suas características definidas sobretudo no Século XVIII e suas raízes na antiguidade, especialmente em Atenas.

Mas isso não a define. Apenas propõe algumas tendências modelares, umas conservadas no acervo da memória romântica, outras depuradas pelo pragmatismo político diante dos condicionamentos da evolução histórico-social.

Porém, o propósito de focar a Democracia não tem como base a tentativa de formular um conceito, mas repensá-la como um processo histórico irreversível, e que o pensamento de Montesquieu foi importante para sua época, e que serve como um referencial do desenvolvimento do pensamento político dos nossos dias.

E Montesquieu representou o pensamento vivo de sua época, com todas as aspirações e tendências. Em nossos dias, o Professor Macpherson representa com suas idéias e propostas o pensamento e a preocupação da nossa realidade.

Mas, com o propósito de melhor situar o assunto, tomamos o primeiro pela importância histórica e o segundo pelas questões referentes à sociedade em que vivemos.

O pensamento de Macpherson mostra a preocupação e o espírito crítico que está tomando conta de todos os segmentos da sociedade em nossos dias. Isto significa que estamos vivendo uma fase de questionamento onde a vida do ser humano é o centro de todas as atenções.

Tal ocorre porque em nome de uma ordem e do centralismo de decisões se criou uma sociedade politicamente inerte, em nível de participação, ou melhor, em nome de uma determinada ordem um pequeno grupo se apoderou dos destinos dos cidadãos sem consultá-los em assuntos de interesse da coletividade, como, por exemplo, o desmatamento de áreas verdes, construção de indústrias poluentes e tantos outros que prejudicam a vida do cidadão.

Portanto, o que verificamos é que a palavra Democracia voltou a ser um tema do dia-a-dia de todos os cidadãos, isto porque o significado dela não representa a realidade do próprio homem, ou seja, é precisamente pela polemica entre os teóricos e cientistas políticos que a discussão está cada vez mais difícil e que todas as discussões giram em torno de um mesmo ponto que são melhores condições de vida e uma participação mais

direta sobre o destino do próprio homem. Então, verificamos que existe um consenso bem nítido no campo da política que é a participação do indivíduo na sua comunidade.

Todas as pessoas, como por exemplo, um líder sindical, um estudante, um religioso, um comerciante, etc..., falam em Democracia, e no fundo existe um denominador comum, que é a expectativa sobre a liberdade, que é o direito de participar no seu próprio destino.

E é precisamente esta discussão que está bem clara na proposta de Macpherson quando analisa a Democracia desde sua origem até o surgimento dos movimentos estudantis ocorridos na década de 1960, difundindo-se pela classe trabalhadora e alistando-se junto aos governos nacionais a idéia de participação pelos cidadãos nas decisões governamentais.

É acreditando no desenvolvimento do pensamento humano que investimos na esperança de uma sociedade e um sistema de governo mais participativos, e para termos mais esperança é só verificarmos os movimentos de base, a própria Comunidade Eclesial de Base orientada pela Igreja Católica e tantos outros movimentos que já são realidade. O progresso humano se faz presente de tal maneira que os próprios defensores de sistemas fechados estão se abrindo e aceitando, como um desafio, esta nova luta. Ela partiu de uma grande maioria (quantitativa) que é a sociedade civil, como fruto de uma conscientização menos consumista e mais participativa.

Portanto, só é possível viver a essência da Democracia quando os cidadãos participarem do seu próprio destino, e

se esta participação for uma constante. Enfim, o ser humano se realiza convivendo e não vivendo, participando e não usufruindo ou deixando de usufruir. Logo, distanciá-lo dessa natureza social, por excessiva ênfase ao ideológico, ao material ou ao científico, representa um empobrecimento espiritual irreparável a cada indivíduo.

Como toda ideologia é estruturalmente finalista, prevendo um alcance definitivo, acima e aquém dos condicionamentos, das percepções do espírito e das aspirações sociais mutáveis, toda ideologia tende a ser utópica.

Fácil é entender a identidade entre a democracia e a natureza humana. Pode-se assim, entender que a Democracia foge a qualquer determinismo da vida e ações sociais, estruturando-se em ordenamentos políticos capazes de se identificarem com as mesmas evoluções que o homem conquista dentro da sua convivência social, exigindo, para se promover como forma de governo, a identificação de todos na sua interpretação do homem isoladamente e do social. Ou seja, a Democracia só se realiza na medida em que o homem também se realiza como ser social, como ser totalizado.

A indiferença do indivíduo pelas questões sociais, por decorrência, descaracteriza a sua inteligência e a sua própria natureza. Conseqüentemente, enfraquece a vitalidade do Estado democrático, ou, contrariamente, leva-o à centralização de poderes e ao advento de legislações intervencionistas que permitam instaurar a prática de uma ordem de solidariedade social que culturalmente não se verifica e com isso procurando

reparar as disfunções democráticas existentes nas relações dos grupos e classes sociais. Com isso a democracia deixa de ser um mero estado de espírito coletivo e passa a ser um sistema político dirigido pelas forças sociais.

Conciliar liberdade e controle social dentro dos limites da lei, para que a Democracia não seja apenas uma mágica semântica ou um processo político contraditório, tem sido o desafio do mundo moderno. Para um povo se auto-governar em regime democrático ele deve fundamentar seu comportamento no respeito comum e na solidariedade social até mesmo na negociação dos seus conflitos. E isso oferece algumas variáveis de riscos e pressupõe, para diminuí-los, a aceitação comum e individual do conceito e da prática das relações sociais e políticas.

Todavia a observação universal demonstra que a concepção de um modelo democrático harmônico com um dado contexto é fácil. Basta a inteligência criadora de um pequeno grupo, sensível à apreensão do ideal individual e coletivo.

Difícil é implantá-lo. Para isso é necessária a participação de todos, ou pelo menos de uma grande maioria (quantitativa). E o homem muitas vezes tende à aceitação das utopias para se liberar da responsabilidade que tem diante da sua própria realidade ontológica e social.

CAPÍTULO I

O PENSAMENTO POLÍTICO DE MONTESQUIEU NO QUE SE REFERE À DEMOCRACIA

A intenção deste estudo é enfocar de maneira reflexiva o pensamento político de Montesquieu como ponto de partida para uma análise em torno de alguns aspectos sobre democracia. A influência das idéias de Montesquieu no decorrer da história é flagrante; serviu sua filosofia para formar as constituições dos sistemas democráticos do mundo ocidental, ocorrendo isto, tanto nos países de forma Parlamentar como nos de forma Presidencial.

Da grande obra "Do Espírito das Leis", tomaremos como ponto fundamental a teoria dos governos, sendo analisada especificamente a Democracia.

O que Montesquieu desejava ao iniciar sua obra, era compreender o mundo que estava vivendo. Daí seu esforço em penetrar na infinidade dos documentos e dos textos como também, na imensa herança das histórias e na realidade da sociedade em que vivia, tudo isto com o intuito de captar a lógica e perceber a razão das coisas.

A própria história confirma que Montesquieu tinha um objetivo definido a atingir, que era tomar uma posição nas lutas do seu tempo. E assim lançou sobre o mundo uma obra despretensiosa, porém histórica.

Montesquieu é bem claro na sua obra quando diz ter"... por objeto as leis, os costumes e os diversos usos de todos os povos da terra. Pode dizer-se que o assunto é imenso pois abarca todas as instituições existentes entre os homens." (1)

Foi com base neste objetivo que se caracterizou Montesquieu em relação aos demais autores que antes dele entenderam fazer da política uma ciência.

Por conseguinte, ele não se limitou a fazer uma teoria da essência da sociedade mas uma teoria da história real da sociedade, dando assim uma forma mais científica ao seu trabalho.

E acreditando na história da própria sociedade escreveu o que via e sentia.

" A necessidade que governa a história, para começar a ser científica, deve deixar de beber a sua razão em qualquer ordem que transcenda a história. É portanto necessário varrer do caminho da ciência pretensões de uma teologia ou de uma moral que pretenderiam ditar-lhe leis.

Não é à teologia que cabe enunciar a verdade dos factos da política. Velha, querela, esta. Mas hoje imaginamos dificilmente quanto pesava sobre a história o decreto da Igreja."(2)

(1) Althusser, Louis. Montesquieu a Política e a História, Ed. Presença, 2ª ed. Lisboa-Portugal. 1977, p. 21.

(2) Idem, Ibidem, p. 24.

Montesquieu desde o início de sua obra chama a atenção de que é preciso não se ler moral onde se escreve política. Assim como a propósito da virtude.

"... Virtude na república é o amor à pátria, isto é, o amor à igualdade. Não é absolutamente virtude moral, nem virtude cristã, é virtude política; e essa é a mola que faz mover o governo republicano, como a honra é a mola que faz mover a monarquia. Chamei portanto de virtude política o amor à pátria e à igualdade." (3)

Para Montesquieu existe uma diferença entre a natureza e o princípio de cada governo: "Sua natureza é o que o faz ser como é, e seu princípio é o que o faz agir. A primeira constitui sua estrutura particular e, a segunda, as paixões humanas que o movimentam." (4)

Porém, o mais importante agora é assinalar a influência que ele exerceu na elaboração do que mais tarde se chamaria a "Filosofia da Democracia".

Portanto, Montesquieu classificou o modo pelo qual as sociedades são governadas, distinguindo três tipos de governo: a República que engloba a aristocracia e a democracia, a Monarquia e o governo Despótico.

(3) Advertência do Autor - Do Espírito das leis- Os Pensadores- Ed.Abril Cultural- S.Paulo-2ª edição, 1979.

(4) Do Espírito das Leis - Ed.Abril Cultural - 2ª edição. São Paulo, 1979 (Os Pensadores). Liv.III.cap.1 p. 61

Montesquieu considera a democracia e a aristocracia duas variações de um único e mesmo tipo, ainda que, numa, to dos cidadãos tenham acesso ao governo, e na outra apenas uns poucos. Em compensação, a monarquia e o governo despótico, ain da que numa e noutra o governo seja individual, constituem duas espécies absolutamente opostas entre si.

É por esta razão que muitos pensadores políticos acusaram esta divisão de confusa e equívoca, e a acusação seria justificada se fosse verdade que Montesquieu não visse nas sociedades mais que o regime político. Mas quanto a este ponto, sua maneira de ver tem um alcance muito maior. Porque esses três tipos de sociedade não diferem apenas no número dos governantes e na administração dos negócios públicos, mas na sua natureza por inteiro.

Isso já fica claramente evidente depois que compreendermos como ele as distingue. Não infere esses três tipos de governos de algum princípio estabelecido a priori, ele os criou pela comparação das sociedades que conheceu através da história ou dos relatos de viajantes, ou mesmo em suas pró-prias viagens. Do mesmo modo, o significado dos termos nos escapará se não começarmos por procurar saber quais os povos que estão indicados no seu trabalho.

Montesquieu dá o nome de república às cidades gregas e itálicas da antiguidade, às quais é preciso acrescentar as célebres cidades italianas que tiveram seu maior brilho na Idade Média.

Em toda a sua obra, cada vez que se trata de república, fica claro que ele tem em mente Roma, Atenas ou Esparta. Eis aí a razão pela qual reúne democracia e aristocracia sob o mesmo título: o de república.

" A república só floresceu nas pequenas cidades e já mais pode estender-se para além de seus restritos limites: tal é o tipo da cidade na antiguidade. O estado despótico, ao contrário, encontra-se junto a povos de dimensões consideráveis que ocupam imensas extensões de terras, tais como as nações asiáticas. Finalmente, a monarquia tem um volume médio e, se o número de seus súditos é superior ao da república, é inferior ao do governo despótico." (5)

Montesquieu não participou apenas como um homem na luta política de seu tempo. Contribuiu como um cientista político que, situando-se na tradição de Aristóteles, se propôs analisar governos em uma escala cósmica e chegar a um sistema de política derivado de observações históricas.

O campo era bastante grande, a tarefa imensa para a sua capacidade. Não há proporção entre o que prometeu e o que fez. Os fatos frequentemente estão deficientes, a linguagem ambígua. Mas mesmo assim, com todas essas restrições ele não

(5) O Pensamento Político Clássico.: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. Organização: Célia G. Quirino e Maria Tereza S. R. de Souza. Ed. T.A. Queiroz, Ltda S. Paulo. 1980. p. 239

deixa de ser um pensador original, que descobriu estruturas de pensamento e processos históricos e cujo trabalho abriu caminho para historiadores e cientistas políticos.

As idéias de Montesquieu eram definidas com relação a um bom governo, que provinham de suas crenças em uma justiça objetiva, embora estivesse muito alheio a considerações morali_zadoras.

Dizia ele "É inútil atacar a política diretamente mostrando até onde vai de encontro à moralidade, razão e justiça. Essa espécie de discurso convence todo o mundo, mas não afeta ninguém." (6)

Montesquieu se recusa a ajuizar o que existe pelo que deve existir, como também a submeter a matéria dos fatos políticos a princípios religiosos e morais, e recusa submetê-la aos conceitos abstratos da teoria do direito natural, que não são mais que juízos de valor mascarados; é isto que abre a estrada real da ciência, é isto que Montesquieu introduziu com sua teoria.

As Repúblicas para ele só tinham existência em Estados pequenos.

Montesquieu fala sobre o amor pela república na democracia, assim se expressando: "O amor pela república, numa democracia, é o amor pela democracia, o amor pela democracia é o amor pela igualdade.

(6) Neumann, Franz. Estado Democrático e Estado Autoritário.

O amor pela democracia é também o amor pela frugalidade. Nesse regime, devendo todos gozar da mesma felicidade e das mesmas regalias, devem fruir dos mesmos prazeres e acalentar as mesmas esperanças, coisa que só se pode esperar da frugalidade geral.

O amor pela igualdade, numa democracia, limita a ambição unicamente ao desejo, à felicidade de prestar à sua pátria serviços maiores que os outros cidadãos." (7)

"Assim, nas democracias, as distinções nascem do princípio da igualdade, mesmo quando essa parece destruída por serviços excepcionais ou por talentos superiores.

O amor pela frugalidade limita o desejo de possuir à atenção exigida pelo necessário para a família e até pelo superfluo para a pátria." (8)

Portanto, para Montesquieu, as repúblicas, para se manterem, tinham de investir na virtude e na frugalidade, na mediocridade geral, tomada no seu sentido original, que consiste no fato de os homens se contentarem com pouco para viverem felizes, num certo equilíbrio, mediano.

E com base na realidade das sociedades de sua época, Montesquieu entendeu que a democracia era um regime de exceção,

(7) Do Espírito das Leis - Ed. Abril Cultural - 2ª ed. S. Paulo, 1979 - Os Pensadores - Liv. V. Cap. 3 p. 61

(8) Idem, ibidem. p. 62

e como que a síntese de todas as exigências da política. Como também, entendia que de fato a Democracia atingia a verdadeira esfera do político: a da estabilidade e da universalidade.

Na Democracia os homens para Montesquieu eram "tudo", mas não podiam se entregar às suas fantasias.

Mas, o poder de que os homens usufruem tem um limite, pois em nome de uma ordem, submetem-se a uma estrutura política que reconhecem; a ordem, esta ordem, são as leis, que podem ser fundamentais (constitutivas do regime) ou ocasionais (decretadas para responder ao momento). Então, o homem passa a ser cidadão através desta ordem, a qual não é recebida do exterior como foi no regime feudal.

Daí surgiu o cidadão como a síntese do Estado, ou seja o cidadão é o Estado no homem privado. E é por esta razão que Montesquieu dá uma ênfase enorme à educação como um fator preponderante na Democracia.

" É no governo republicano que se tem necessidade de toda a força da educação. O temor dos governos despóticos nasce de si mesmo, entre as ameaças e castigos; a honra das monarquias é favorecida pelas paixões e favorece-as por sua vez. Mas a virtude política é uma renúncia a si próprio, que é sempre algo muito penoso.

Podemos definir esta virtude como o amor pelas leis e pela pátria.

... Este amor é simplesmente característico das democra

cias. Somente nelas o governo é confiado a cada cidadão. Ora, o governo é como todas as coisas do mundo: para conservá-lo é necessário amá-lo.

... Tudo depende, portanto, de implantar na república es se amor, e é para inspirá-lo que a educação deve estar atenta.

... Não é a nova geração que se degenera; essa só se per de quando os homens maduros já estão corrompidos." (9)

Para Montesquieu a Democracia não pode sofrer a divisão que ocorre na educação, ou seja, o homem recebe várias educações opostas, e assim o homem entra numa crise de contradições.

E no seu livro IV, Capítulo IV diz o seguinte:

" A maioria dos povos antigos vivia em governos cujo princípio era a virtude, e, desde que estava no auge de seu vigor, faziam-se coisas que hoje não mais vemos e que assombram nossas frágeis almas.

... Hoje, recebemos três educações diferentes ou contrárias: a de nossos pais, a de nossos mestres e a da sociedade. O que nos é dito na última destrói todas as idéias das primeiras. Isto decorre, em parte, do contraste existente em nosso meio entre os compromissos da religião e os da sociedade, fato que os antigos desconheciam." (10).

(9) Do Espírito das leis- Ed.Abril Cultural - 2ª ed.S.P.1979.
Liv. IV, Cap.5. p. 54.

(10) Idem, ibidem, Liv.IV, Cap. 4. p. 53.

Portanto, para ele, na Democracia não podem acontecer disparidades ou, melhor dizendo, a família, a escola e a própria vida devem falar a mesma linguagem.

A educação para Montesquieu seria uma verdadeira transformação do homem privado no homem público. A educação não podia ter fim, isto é, devia durar a vida toda. E isto reflete, portanto, a própria essência da democracia.

Pois, na democracia, todos os delitos privados são crimes públicos, o que nos faz concluir que a vida privada do homem consiste em ser um homem público. E conseqüentemente o círculo em que o homem passa a viver não é mais que a educação permanente da democracia.

É exatamente isto que Montesquieu propõe quando descreve a virtude, além da política.

" O Estado subsiste independentemente de amor pela pátria, do desejo da verdadeira glória, da renúncia a si mesmo, do sacrifício aos interesses mais caros e de todas estas virtudes heróicas que encontramos nos antigos e das quais apenas ouvimos falar.

As leis ocupam o lugar de todas essas virtudes, das quais não se tem qualquer necessidade, pois o estado delas vos dispensa; uma ação que se faz silenciosamente e que é, de certo modo, sem conseqüências.

Embora, por sua natureza, todos os crimes sejam públicos, distinguimos os crimes verdadeiramente públicos dos crimes

particulares, assim chamados porque atingem mais uma pessoa do que a sociedade.

Ora, nas repúblicas, os crimes particulares são os mais públicos, isto é, atentam mais contra a constituição do Estado do que os indivíduos; e, nas monarquias, os crimes públicos são mais particulares, isto é, atingem mais as fortunas particulares do que a constituição do próprio Estado.

Peço que não se ofendam com o que acabei de dizer pois refiro-me a todas as histórias." (11)

O fato importante a ser focalizado é a preocupação dele no governo popular que é a democracia, em distinguir dois povos no povo.

"No Estado popular, divide-se o povo em certas classes. É na maneira de realizar essa divisão que os grandes legisladores se revelam e é disso que sempre dependeu a continuidade da democracia e sua prosperidade." (12)

Portanto, quando comparamos a república defendida por Montesquieu e a república de Rousseau no livro "Contrato Social" percebemos que a república defendida por Montesquieu se refere ao passado, enquanto que a de Rousseau, é do futuro. A república de Rousseau se caracteriza pela sua posição no que diz respeito à representação popular, ou seja, ele não admite

(11) Do Espírito das Leis - Ed. Abril Cultural- S.P.1979-
Liv. III, Cap. 5. p. -43.

(12) Idem, ibidem, Liv. II : Cap. 2. p. 32.

que o povo soberano legisle por intermédio dos seus representantes.

"Afirmo, pois, que não sendo a soberania senão o exercício da vontade geral, não pode alienar-se, e ainda que seja o soberano, que é o ser coletivo, não pode representar-se se não por si mesmo, podendo o poder ser transmitido, porém, não a vontade." (13)

Montesquieu, porém, afirma o contrário:

"Quando, numa república, o povo como um todo possui o poder soberano, trata-se de uma Democracia. Quando o poder soberano está nas mãos de uma parte do povo, trata-se de uma Aristocracia. O povo, na democracia, é, sob alguns aspectos, o monarca; sob outros, o súdito.

O povo só pode ser monarca pelos sufrágios, que constituem suas vontades." (14)

Portanto, é importante focalizar as preocupações de Montesquieu no Livro II, capítulo 2 - com relação às leis relativas à democracia.

Ele defende o ponto de vista de que o povo (a plebe) não pode pensar, prever, e ajuizar, pelas suas paixões. Mas pode escolher seus representantes.

"O povo que possui o poder soberano deve fazer por si

(13) O Contrato Social- Jean-Jacques Rousseau. Edições de Ouro Rio/p. 59.

(14) Do Espírito das Leis- Ed.A.Cultural . Liv.II. cap.2.
2ª edição.S.P. 1979 P. 31.

~~mesmo tudo o que pode realizar corretamente e, aquilo que não~~
pode realizar corretamente, cumpre que o faça por intermédio
de seus ministros.

Seus ministros sã lhe pertencem se ele os nomeia; é,
pois, uma máxima fundamental deste governo que o povo nomeie
seus ministros, isto é, seus magistrados."

..."O povo é admirável para escolher aqueles a quem deve
confiar parte de sua autoridade. Só pode decidir-se por coi-
sas que não pode ignorar e por fatos que estão ao alcance de
seus sentidos. Sabe muito bem que determinado homem esteve
muitas vezes em guerra e que obteve tais e tais êxitos; é, en-
tão, capaz de eleger um general. Sabe que um juiz é assíduo,
que muita gente sai do tribunal satisfeita com ele, que não
se pode corrompê-lo: isto é suficiente para que eleja um
pretor.

... Entretanto, saberá o povo dirigir um negócio, conhe-
cer os lugares, as ocasiões, os momentos e aproveitá-los?
Não: não saberá." (15)

"Sabe-se que em Roma, apesar de o povo se ter arroga-
do o direito de alçar plebeus para os cargos, não se decidiu
a elegê-los e apesar de, em Atenas, poder-se, pela lei de Aris-
tides, extrair magistrados de todas as classes, relata Xenofon-
te que nunca aconteceu de o baixo povo escolher os que pudessem
defender sua segurança e sua glória.

(15) Do Espírito das Leis- Liv. II - cap.2. 2ª Edição-
São Paulo, Ed.Abril Cultural. 1979 p. 32-

Tal como maioria dos cidadãos que possuem suficiente capacidade para eleger mas não a possuem para ser eleitos, igualmente o povo, que possui suficiente capacidade para julgar da gestão dos outros, não está apto para governar por si próprio." (16)

"Sólon dividiu o povo de Atenas em quatro classes. Levado pelo espírito da democracia, não o fez para estipular os que teriam direito a votar mas os que poderiam ser eleitos e, deixando a cada cidadão o direito de voto, quis que, em cada uma dessas quatro classes, se pudesse eleger juizes. Entretanto, foi apenas nas três primeiras, onde se localizavam os cidadãos de fortuna, que se pôde extrair os magistrados.

Como a divisão dos que têm direito a voto é, na república, uma lei fundamental, a maneira de o dar é outra lei fundamental.

O sufrágio pelo sorteio é da natureza da democracia; o sufrágio pela escolha é da natureza da aristocracia.

O sorteio é uma maneira de eleger que a ninguém aflige: deixa a cada cidadão uma esperança razoável de servir à sua pátria.

Entretanto, como essa maneira é em si defeituosa, foi na sua regulamentação e correção que os grandes legisladores se esmeraram." (17)

(16) Do Espírito das Leis, 2ª edição, Liv.II. Cap.2. S.P. Ed. Abril Cultural - 1979 p.32.

(17) Idem, ibidem, p.32/33.

" A lei que determina a maneira de conceder as cédulas de sufrágio é ainda na democracia uma lei fundamental. Constitui um sério problema saber se os sufrágios devem ser públicos ou secretos. Cícero escreveu que as leis que tornaram secretos os sufrágios no último período da república romana constituíram uma das causas principais de sua queda.

... Assim, na república romana, estabelecendo-se o sufrágio secreto, destruiu-se tudo, não sendo mais possível esclarecer um populacho que se corrompia. Mas quando, numa aristocracia, o corpo de nobres vota ou, numa democracia, vota o senado, e sendo apenas uma questão de prevenir os conluíus, os sufrágios não poderiam ser muito secretos.

O conluio é perigoso num senado e também entre o corpo dos nobres; não o é, porém, entre o povo, cuja natureza é agir pela paixão." (18)

Como verificamos, Montesquieu descreve a Democracia como uma ramificação da república, como também a aristocracia, embora " na aristocracia o poder soberano encontra-se em mãos de um número certo de pessoas. São elas que estipulam as leis e as fazem executar. O resto do povo está, em relação a elas, simplesmente como numa monarquia os súditos estão em relação ao monarca.

Nesta forma de governo não deve existir o sufrágio pelo sorteio pois dele só existiriam os inconvenientes. Com

(18) Do Espírito das Leis. 2ª Ed. Ed. Abril Cultural, Liv. II - Cap. 2.

efeito, num governo que estabeleceu as distinções mais opressivas, não se será menos odiado quando se for escolhido pela sorte: ao nobre é que se inveja e não ao magistrado." (19)

" A melhor forma de aristocracia é aquela em que a parte do povo que não participa do poder é tão pequena e tão pobre que a parte dominante não tem qualquer interesse em oprimi-la.

... Quanto mais uma aristocracia aproximar-se da democracia, tanto mais perfeita será ela; tornar-se-á menos perfeita à medida que se aproximar da monarquia.

A mais imperfeita de todas é aquela em que a parte do povo que obedece permanece na escravidão civil dos que comandam, como na aristocracia da Polônia, em que os camponeses são escravos da nobreza." (20)

No Liv.II cap.4 Montesquieu analisa, ou seja, identifica a natureza do governo monárquico, assim escrevendo: " Os poderes intermediários, subordinados e dependentes, constituem a natureza do governo monárquico, isto é, daquele em que uma só pessoa governa baseada em leis fundamentais.

Dissemos os poderes intermediários, subordinados e dependentes; com efeito, na monarquia o príncipe é a fonte de todo poder político e civil." (21)

(19) Do Espírito das Leis. 2º Ed. S.P. Ed.Abril Cult.Liv.II.Cap.3.p. 34-

(20) Idem, Ibidem, Cap.3.p. 35. Livro II.

(21) Idem, Ibidem, Cap.4.p. 35. Livro II.

Portanto, fica clara a existência de uma diferença essencial entre democracia e monarquia. Na democracia é necessário que a virtude e a razão estejam em alguma parte, e que determinados homens sejam razoáveis por si e não que o possam vir a ser por razões outras.

Na democracia, a razão é entregue, mesmo quando delegada apenas a alguns eleitos. Na monarquia as coisas passam-se de uma maneira diferente.

Tudo se passa como se a monarquia produzisse a razão política como resultado das suas contradições. E aí a lei mais profunda da monarquia produz seu fim. E é esta razão que constitui a essência da honra, princípio da monarquia.

"A natureza da honra é exigir preferências e distinções; ela está, portanto, pela própria coisa, situada neste governo.

... A honra movimenta todas as partes do corpo político ; liga-as por sua própria ação, fazendo com que cada uma canhe para o bem comum acreditando ir em direção de seus interesses particulares.

É verdade que, filosoficamente falando, é uma falsa honra que dirige todas as partes do Estado. Porém, esta falsa honra é tão útil ao público como o seria a verdadeira honra para os indivíduos que pudessem tê-la." (22)

(22) Do Espírito das Leis - 2ª Ed. São Paulo. Ed.Cultural,1979.
Liv.III, Cap.7. p. 45

Portanto Montesquieu, na organização política da monarquia, toma por característica a presença de poderes ou corpos intermediários na sociedade. Essas organizações privilegiadas e hereditárias são o clero, a justiça e a nobreza, que atuam em presença do trono como poderes subordinados e dependentes.

A honra, como princípio monárquico, desperta nos servidores da Coroa a paixão da fidelidade pessoal, a dedicação, o altruísmo, a abnegação, o desapego e o sacrifício.

Por fim, o despotismo. Sua natureza se resume na ignorância ou transgressão da lei. O monarca reina fora da ordem jurídica, sob o impulso de sua vontade e de seus caprichos. O princípio de todo o despotismo reside no medo: onde há desconfiança, onde há insegurança, onde a incerteza, onde as relações entre governantes e governados se fazem à base do temor recíproco, para Montesquieu não há governo legítimo, mas governo despótico, governo que nega a liberdade, governo que teme o povo.

"A natureza do governo, nos Estados despóticos, exige uma extrema obediência, e a vontade do príncipe, uma vez conhecida, deve ter tão infalivelmente seu efeito quanto uma bola atirada contra outra deve ter o seu.

Não há temperamento, modificação, acordos, termos, equivalentes, conferências, admoestações; não há nada igual ou melhor a ser proposto; o homem é uma criatura que obedece a outra criatura que manda.

Não mais pode expressar seus temores por um acontecimento futuro, nem atribuir seus malogros aos caprichos do acaso. O quinhão dos homens, tal como os dos animais, é o instinto, a obediência, o castigo." (23)

Portanto, a época em que foi escrito o "Espírito das Leis" ou seja, a literatura predominante no século XVIII, isto no aspecto político, tinha em comum uma idéia preponderante, que era a monarquia. A monarquia absoluta se estabeleceu contra a nobreza e o rei se apoiou nos plebeus para equilibrar o poder dos seus adversários feudais. Encontra-se o seu eco em inúmeras passagens no "Espírito das Leis", principalmente nos últimos livros, onde Montesquieu descreve as teorias das leis feudais e as relações que tem com a própria revolução da monarquia.

O que percebemos é a posição de Montesquieu como um observador de sua época que, bem informado, evoca com nostalgia os tempos da monarquia primitiva: um rei eleito pelos nobres e por entre os seus pares como o era na sua origem, para opor à monarquia tornada absoluta: um rei combatendo e sacrificando os grandes para conseguir funcionários e aliados na plebe.

E dentro desta luta, vale a pena perguntar se esse conflito fundamental que opõe o rei à nobreza e essa pretendida aliança da monarquia absoluta e da burguesia contra os feudais não mascaravam a verdadeira relação das forças históricas.

(23) Do Espírito das Leis- Liv.III. Cap.10- 2ª Edição- São Paulo. Ed.Abril Cultural - 1979. p. 46.

Portanto, o que devemos concluir é que naquela época os contemporâneos viviam a sua história pensando-a, e que todo este conflito de pensamentos era um reflexo da busca de critérios científicos e que por conseguinte, permitia que o homem se tornasse crítico da sua própria vida.

"Ao pensar uma história cujas forças profundas lhes escapavam sujeitavam-se a limitar o pensamento às categorias imediatas da sua vida histórica, tomando a maior parte das vezes intenções políticas pela própria realidade, e conflitos de superfície pelos fundos das coisas. Não há tanta diferença entre a história e o mundo percebido. Cada um pode "ver" imediatamente e com toda a evidência "formas", "estruturas", grupos de homens, tendências e conflitos na história. É para esta evidência que Montesquieu apela no famoso texto: Há três espécies de governo: para descobrir a sua natureza, basta a idéia que dela têm os homens menos instruídos. (Espírito das Leis - Livro II, Capítulo I). É esse gênero de evidência que faz ver todo o poder de um rei, os nobres sujeitos à corte ou reduzidos à parcela política respeitante às suas terras, os intrigantes e todo-poderosos intendentos e os pebleus que ascenderam. Basta abrir os olhos para perceber estes factos, tal como basta abrir os olhos sobre o mundo para imediatamente aperceber as formas, objectos, grupos e movimentos; esta evidência, que não precisa de conhecimento, pode, contudo, aspirar a ele, e pensar compreender o que se limita a perceber. Ora, pelo menos, é preciso os elementos de uma ciência para verdadeiramente compreender a natureza profunda destas evidên

cias, distinguir as estruturas e os conflitos profundos dos superficiais e os movimentos reais dos aparentes. Sem uma crítica destes conceitos imediatos nos quais cada época pensa a história que vive, fica-se no limiar de um conhecimento verdadeiro da história, e prisioneiro das ilusões que produz nos homens que a vivem.

... No entanto, quero dizer que hoje parece mais ou menos assente que o maior perigo que espreita o historiador do século XVII o mesmo do século XVIII, pelo menos na sua primeira metade, consiste sem projectar sobre a "burguesia" desse tempo a imagem da burguesia posterior, da burguesia que fez a revolução e que dela saiu. A verdadeira burguesia moderna que revolucionou completamente a ordem econômica e social anterior, é a burguesia industrial, com a sua economia de produção de massa, inteiramente ocupada com o lucro que se reinveste depois na produção.

Ora, esta burguesia era na sua generalidade desconhecida no século XVIII. A burguesia deste período era muito diferente : repousava essencialmente nos seus elementos mais avançados sobre a economia mercantil. Do facto de a economia industrial surgir, numa dada altura, da acumulação de que a economia mercantil constituiu um momento, muitas vezes se conclui que esta era, no seu princípio, alheia à sociedade feudal." (24)

(24) ALTHUSSER, Louis, Montesquieu a Política e a História. 1977, Ed. Presença, 2ª Edição, Portugal- Lisboa- pp.145, 146, 147.

"O que se modifica com a aparição da monarquia absoluta não é o regime de exploração feudal, mas a forma da sua dominação política. À monarquia primitiva celebrada pelos germanistas, às prerrogativas pessoais políticas dos senhores feudais que usufruem desta independência que fazia deles os pares do rei, sucedeu simplesmente uma monarquia centralizada, dominante e absoluta. Esta transformação política correspondia à mudança das condições da actividade económica realizada no próprio seio do regime feudal e, em particular, ao desenvolvimento da economia mercantil, ao primeiro aparecimento de um mercado nacional, etc. No período considerado, essas modificações não atingem a exploração feudal. E o regime político da monarquia absoluta não passa de uma nova forma política requerida para manter a dominação e a exploração feudais no período de desenvolvimento da economia mercantil." (25)

Como verificamos, o aparecimento da monarquia absoluta (centralização e o domínio absoluto) trouxe uma reacção por parte dos senhores feudais que se sentiam despojados de suas prerrogativas políticas e pessoais, porém esta posição na realidade não ocorreu, como veremos nesta citação de Althusser:

"... É demasiado evidente que o rei da monarquia absoluta representava os interesses gerais do feudalismo; inclusive contra os protestos dos senhores feudais atrasados pela sua nostalgia e pela sua cegueira. E se o rei fosse

(25) ALTHUSSER, Louis, Montesquieu a Política e a História. Editorial Presença, 2ª edição, Lisboa-Portugal. 1977. pp.151-152.

árbitro não seria do conflito da nobreza com a burguesia, mas dos conflitos internos do feudalismo, que resolvia em seu interesse. Quando decidia, era em geral unicamente para assegurar mesmo contra alguns dos seus membros, o futuro da sua classe e do seu domínio." (26)

"A ilusão de acreditar que Montesquieu é o arauto, mesmo disfarçado, da causa da burguesia que devia triunfar na Revolução. Vê-se o que esta famosa câmara baixa representa já tão bem enquadrada no projeto de Constituição à inglesa: a parte entregue a uma burguesia que procurava o seu lugar na ordem feudal e, tendo-o encontrado, já não pensava em ameaçar. Esta perspectiva permite também julgar, pelo seu valor histórico real, as "reformas" liberais de que Montesquieu era, de facto, o porta-voz: reforma da legislação penal, crítica da guerra, etc. Comprometiam tão pouco o futuro da burguesia, que o próprio Montesquieu, que considerava a tortura inumanas, queria que os nobres tivessem em todas as causas o seu tribunal de classe; a câmara alta. O que pareceu enfileirar Montesquieu no partido da "burguesia", creio que foi concebido por ele, em parte por palavras de bom-senso que teve a coragem de proferir em público, em parte como uma medida bastante hábil para atrair justamente a "burguesia" à sua causa e engrossar a oposição feudal com o apoio dos descontentes desta "burguesia".

O que supõe, à falta de um juízo, um sentimento bastante real dos objectivos desta burguesia.

(26) ALTHUSSER, Louis, Montesquieu, a Política e a História. Editorial presença - 2ª edição, Lisboa- Portugal- 1977 p. 152.

Mas esta análise permite compreender também o paradoxo da posteridade de Montesquieu. Porque este opositor de direita serviu, no decurso do século, todos os opositores de esquerda, antes de dar, no desenrolar da história, armas a todos os reaccionários. Evidentemente no período mais agudo da Revolução, Montesquieu desaparece." (27)

"... Todo o período pré-revolucionário move-se em grande parte sobre os temas de Montesquieu, e esse feudal inimigo do despotismo tornou-se o herói de todos os adversários da ordem estabelecida. Por uma singular viragem da história, aquele que olhava para o passado parece que abriu as portas do futuro." (28)

Esta colocação no que diz respeito à posição de Montesquieu é de fundamental importância para melhor entendermos a própria evolução do pensamento político. Devemos fazer justiça a Montesquieu como um homem que partiu para descobrir as novas regiões da história e deixou uma obra capaz de refletir uma época de grandes idéias.

Portanto, o pensamento político de Montesquieu serve para referência histórica e política e, por que não dizer, que "O Espírito das leis" é uma obra que ultrapassou as fronteiras do tempo e do espaço e continua sendo uma das obras políticas mais discutidas.

(27) ALTHUSSER, Louiz, Montesquieu a Política e a História. Ed. Presença. Lisboa-Portugal- 1977. pp. 155-156.157.

(28) Idem, Ibidem. p.157.

E foi com base neste estudo que consideramos o pensamento de Montesquieu importante, por que sua obra foi uma revolução metodológica e sua análise teve como fundamental o conhecimento humano ou seja, ele conclui que só se pode realizar um estudo sobre o conhecimento dos fatos humanos na medida em que eles sejam visados como são e não como deveriam ser, em síntese, analisá-los sem uma visão finalista, independentes de fins religiosos e morais.

Enfim, o pensamento político de Montesquieu foi um marco ao longo da história, e será, também, a base de um repensamento sobre Democracia, como uma realidade do passado e como uma grande semente do próprio progresso do pensamento humano.

Portanto, escolhemos Montesquieu para conhecermos o pensamento político de uma época, a qual ficou conhecida como o século das Luzes e, conseqüentemente, enfocarmos melhor o autor do Espírito das Leis, no que se refere à Democracia.

Se Montesquieu foi importante para o seu tempo, e continuam valendo suas idéias como um referencial histórico e político, é um sinal evidente, de que vivemos numa época de repensamentos e questionamentos de muitos juízos de valor, e a Democracia volta à discussão com idéias menos utópicas e mais práticas, como processo evolutivo do próprio homem. Verificamos que a preocupação da nossa época não é procurar conceitos, mas entender a si mesmo como ponto fundamental para a realização da coletividade e, como conseqüência aumentar a participação de todos como um meio de melhor traçar, como seres

individuais que somos, o nosso próprio destino.

Portanto a ordem metodológica da obra de Montesquiel foi a razão de escolhermos, enriquecendo não só o seu trabalho mas tornando mais científico o pensamento político.

Ao selecionarmos Montesquieu entre tantos outros pensadores e filósofos políticos, cabe uma explicação, e esta é devido às suas idéias ou seja, Montesquieu escreveu a realidade sem as abstrações peculiares dos grandes pensadores do século das Luzes (Século XVIII), escreveu o que via e analisava a sociedade como ela era. A problemática da Democracia foi levantada e discutida numa época onde tudo se aproximava mais do abstrato do que da realidade e Montesquieu registrou sem muitas abstrações o pensamento de seu tempo, embora o pensamento político daquele tempo tenha sido a semente do que hoje podemos chamar evolução das idéias políticas e sociais.

Vivemos uma fase de transição, na qual o espírito crítico está presente e que toma conta de todos os segmentos da sociedade, o que nos faz refletir sobre a importância de buscamos na história a origem do pensamento político que hoje procuramos repensar.

A história é a grande fonte de todos os grandes acontecimentos humanos. E acreditando no progresso do homem, nas suas idéias, mesmo as mais remotas, é que investimos no pensamento.

mento político do autor do "Espírito das leis" e com esta consciência, de que a vida do homem deve ser dinâmica e participativa, entraremos no nosso tempo para analisar as nossas idéias e identificarmos nossa geração, sem esquecermos que somos responsáveis pela continuidade do progresso do pensamento político, como o foram Montesquieu e tantos outros do passado.

Assim, dentro desta análise verificamos que as idéias de nosso tempo são um reflexo da própria evolução dos pensamentos que nortearam os filósofos e historiadores do passado, e dentro da mesma problemática, a Democracia, surge um elemento novo, que é a participação do indivíduo no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Nunca se usou tanto a palavra Democracia mas, o importante é que não só os filósofos, pensadores e políticos usam-na, os comerciantes, sindicalistas, estudantes, grupos marginalizados (negros, mulheres...) também estão exigindo Democracia de maneira mais abrangente, ou seja, o que todos desejam é participarem mais ativamente nas decisões que refletem diretamente nas suas vidas particulares.

E como a nossa realidade é fruto de todos os juízos de valor que no passado tiveram um significado, não mais representando os interesses e as aspirações de nosso tempo, é que desejamos repensar a Democracia tomando como fundamento a participação do indivíduo como uma solução viável, para uma Democracia mais humanamente política, social e econômica.

Enfim, escolhemos Montesquieu representante do passado e C.B. Macpherson pensador do presente, pois embora distantes pelo tempo, são contemporâneos no sentido de expressarem uma preocupação em comum que é a realidade das suas épocas, e a procura de melhor situar o homem dentro do seu próprio meio, pois quem procura estudar a sua realidade é porque deseja melhorar a imagem do seu semelhante e fazê-lo refletir sobre o seu próprio valor dentro da comunidade em que vive.

Portanto, Montesquieu com um olhar inaugural, surpreendeu a realidade social, como Karl Marx ou Sigmund Freud, fruto do espírito científico, abrindo assim, uma dimensão para os fatos sociais, dentro da realidade política de sua época, como também, uma visão histórica sem abstrações.

CAPÍTULO II

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA DE C.B.MACPHERSON

Discorrer sobre o pensamento de C.B.Macpherson, no que se refere à Democracia, é procurar entender com mais clareza o desenvolvimento do pensamento político como um processo histórico.

O tema Democracia, muito falado e pouco entendido, sempre esteve presente nas grandes transformações históricas, e ainda hoje, se interroga sobre o seu significado. E isto nos leva a refletirmos com um espírito científico, para podermos dar-lhe a importância que ela merece.

Portanto, a palavra Democracia foi recebendo, no decorrer dos tempos, muitos adjetivos para justificar as distorções da complexidade social e política da sociedade, distanciando cada vez mais os governados dos governantes.

A importância de ter analisado a obra "Do Espírito das Leis" de Montesquieu, é devido ao papel histórico que ele representou para o desenvolvimento do pensamento político como um cientista e historiador da realidade de sua época, sem as abstrações dos filósofos de seu tempo.

Para refletirmos sobre a nossa realidade política hoje, é preciso entender a realidade histórica do passado como questões inerentes à própria existência do homem, por exem-

plô, as questões políticas do passado ainda são as do nosso mundo moderno, embora a complexidade seja muito maior devido à própria evolução do homem em todos os campos.

O entendimento entre a teoria e prática continua conflitante em diferentes formas, como o questionamento de um indivíduo, de uma classe, de um partido político, de todo um povo e do próprio Estado ainda estão sendo discutidos, e é tão importante como a visão dos perigos dos regimes autoritários.

As idéias provenientes dos movimentos da década de 60, foram as razões que levaram Macpherson a desenvolver a proposição sobre "Democracia Participativa".

Os movimentos que marcaram o início da revolta estudantil, das manifestações das classes trabalhadoras, foram em Maio de 68. Na França os estudantes contestavam a qualidade do ensino nas Universidades, alegando que o ensino tradicional não acompanhava a mutação tecnoburocrática global, e a partir daí, o movimento francês não ficou isolado; este mesmo movimento acontece na Alemanha, Polônia, Holanda, Suíça, Inglaterra, Estados Unidos, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Argentina, Uruguai, Venezuela, Chile, México, Japão, Brasil e outros países europeus.

O fato é que este movimento não ficou limitado ao mundo estudantil e aos jovens: os operários, e os intelectuais também entraram, sem dúvida em consequência do crescente aumento da alienação ou seja, dos sentimentos aflitivos dos cidadãos que cada vez mais se tornavam claros, e com esta conscientização aumentaram

os movimentos de contestação contra a sociedade.

As imagens que nos ficaram de Maio de 68, greves, assembleias, passeatas silenciosas e turbulentas, ocupação de auditórios, queima de jornais, foram acontecimentos que tinham como base a força de por em questão a política mundial.

O ano de 68 foi o marco da recusa dos partidos oficiais, do marxismo burocratizado e do mundo venal, recusa e exigência de transformações de valores.

Nos Estados Unidos a contestação girou em torno da guerra do Vietnã, e a política norte-americana foi contestada pelo mundo inteiro.

O Maio de 68 mostrou a rivalidade da URSS com a China.

Já nos países socialistas, o movimento estudantil tinha como base uma crítica "à esquerda" do marxismo petrificado, discutindo ainda as condições de progressão do socialismo, o que era absolutamente impossível sob o regime dogmático das direções stalinistas.

Na Espanha a agitação estudantil se volta contra a ditadura franquista.

Na Itália as manifestações estudantis têm início com a luta contra o autoritarismo da Universidade e a mercantilização do homem e da cultura.

No Brasil, o protesto surge contra o golpe militar de 1964, que intervém nas organizações estudantis e operárias.

E assim, em cada país o movimento no ano de 1968 reivindicava, nos seus infinitos perfis, novos caminhos para melhorar as condições de vida na sociedade de consumo.

E o que realmente ficou registrado no Maio de 68, foi uma "nova esquerda", deixando transparecer uma forte repulsa pela política tradicional.

Foram retomadas as críticas ao Partido e ao Estado burocráticos de origem "socialista", como também, os escritos das revoltas populares contra a burocracia na Alemanha Oriental, na Polônia, na Hungria, na Tchecoslováquia, as análises sobre a crise do Stalinismo, sua morte ideológica e sua sobrevivência real.

Portanto, Maio de 68 foi uma brecha histórica e um acontecimento extraordinário, pois colocou em suspenso uma sociedade que se pensava de maneira orgânica e sem fissuras; ensinou que uma revolução não nasce apenas sob o efeito de um conflito interno entre opressores e oprimidos, mas advém no momento em que se apaga a transcendência do poder, no momento em que se anula sua eficácia simbólica.

Foi portanto a partir da década de 60 e destes movimentos, que a idéia de participação dos cidadãos tornou-se patente nas decisões governamentais e a partir daí difundiu-se tão amplamente que os governos nacionais começaram a aceitá-la.

Alguns chegaram a iniciar programas com participação popular, como os programas de Ação comunitária desenvolvidos pelos Estados Unidos (1964), e hoje podemos verificar que destes movimentos começou-se a questionar a distribuição de renda, a exigir

mais justiça social e uma inquietação na busca de melhores condições de vida.

Há esperança de que uma sociedade e um sistema de governo com maior participação popular está cada vez mais próximo, e devemos acreditar na força do povo para a concretização desta luta por dias melhores.

Hoje já vemos uma participação bastante difundida nas várias esferas da sociedade, como por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base que a Igreja Católica vem desenvolvendo na América Latina.

Para que esta participação dos cidadãos seja uma constante nos nossos dias, é preciso que os teóricos políticos levantem com mais segurança o debate sobre a questão da participação, definindo que o cidadão do século atual deseja participar das decisões políticas, como um princípio básico desta nova sociedade que desejamos construir.

Baseados nos estudos feitos pelo cientista político Macpherson sobre a "Democracia Liberal", pretendemos dar um enfoque sobre a participação dos cidadãos na sociedade política, ou seja, analisar uma das idéias que é a "Democracia Participativa".

"Devemos pois considerar a democracia liberal tão perto do fim a ponto de esboçarmos desde já suas origens e evoluções? A breve resposta, prejulgando as razões que apresentaremos, o que de um modo geral ela ainda significa, a Democracia

de uma sociedade de mercado capitalista (não obstante as modificações que essa sociedade aparenta com o advento do estado de bem-estar); mas a resposta seria "não necessariamente", se por democracia liberal entendermos, ... uma sociedade empenhada em garantir que todos os seus membros, sejam igualmente livres para concretizar suas capacidades. Infelizmente a democracia liberal pode significar ambas as coisas. Pois "liberal" pode significar a liberdade do mais forte para derrubar o mais fraco de acordo com as regras do mercado; ou pode significar de fato igual liberdade para todos empregarem e desenvolverem suas capacidades. Esta última definição é contraditória em relação à primeira.

A dificuldade consiste em que a democracia liberal, durante a maior parte de sua vida até agora (vida que, como demonstrarei, teve início há apenas cento e cinquenta anos como conceito, e mais tarde como instituição concreta), tudo fez combinar os dois, significados. Sua vida começou nas sociedades capitalistas de mercado, e desde o início admitiu sua presunção básica inconsciente, que poderia ser parafraseada como "o mercado marca o homem". Contudo, logo depois, ... em meados do século, reivindicava insistentemente direitos iguais para o indivíduo desenvolver-se, e por sua vez se justificava amplamente em vista dessa reivindicação! (1)

"O fato de que os valores liberais tenham germinado nas

(1) C.B. Macpherson. A Democracia Liberal, origens e Evolução Zahar Editores, Rio, 1978, Trad. Nathanael C. Caixeiro. p. 9.

sociedades capitalistas de mercado não é em si razão pela qual o princípio ético central do liberalismo - a liberdade do indivíduo para concretizar suas capacidades humanas - tenha de confinar-se sempre necessariamente a essas sociedades. Pelo contrário, pode-se argumentar que o princípio ético, ou se preferirmos, o anseio de liberdade individual, transbordou de seu invólucro capitalista de mercado e pode viver agora tão bem ou melhor sem ele, assim como as forças produtivas do homem, que cresceram consideravelmente no capitalismo concorrencial, não se perderam quando o capitalismo abandona a concorrência livre ou é substituído por alguma forma de socialismo.

... Alguma coisa que possa adequadamente ser chamada de democracia liberal depende de uma diminuição gradual dos pressupostos do mercado e uma ascensão gradual do direito igual de desenvolvimento do indivíduo..." (2)

Portanto, o objetivo preponderante é examinar o grau de participação do cidadão dentro do espírito da democracia liberal contemporânea. Historicamente os governos e legislaturas são escolhidos direta ou indiretamente mediante eleições periódicas, através do sufrágio universal, sendo a escolha dos votantes, um resultado das preferências entre os partidos políticos. Há, portanto, um grau de liberdades civis (liberdade de fala, de imprensa, de associação, etc) suficientemente capaz

(2) C.B. Macpherson. A Democracia Liberal. origens e Evolução
Zahar Editores Rio de Janeiro p. 10.

de tornar eficaz o direito de escolha. Isto partindo do ponto de vista de que há igualdade formal perante a lei. Há uma certa proteção das minorias, e, portanto, há uma certa aceitação geral com base num princípio de uma certa igualdade, ou seja, uma liberdade individual compatível com a liberdade de outros.

Por conseguinte, os juízos de valor que ao longo da história a Democracia recebeu levam-nos a reduzirmos a essência da democracia liberal a algumas características, como, por exemplo: os direitos individuais iguais no que diz respeito ao auto desenvolvimento, liberdades civis básicas, soberania popular com voto político igual para todos os cidadãos, etc...

O mais importante no momento é o enfoque dentro do registro histórico que marcou o pensamento político do Sec.XVIII com as idéias iniciais sobre a palavra Democracia. A tradição Ocidental, no que se refere à Democracia, principalmente nos séculos XVIII e XIX, era caracterizada ou definida como uma norma para os pobres, ignorantes, à custa das classes instruídas.

Portanto, existia dentro da realidade da sociedade liberal como uma sociedade hierárquica, uma incompatibilidade entre a classe dominante e a classe menos instruída.

As teorias e as visões democráticas do passado tiveram em comum a dependência de uma sociedade não dividida em classes.

A tradição liberal-democrática a partir do séc.XIX em diante, porém passou a aceitar e reconhecer desde o início a sociedade dividida em classes.

Os analistas e teóricos políticos liberais, depois de muitas dúvidas, chegaram à conclusão de que a democracia liberal era possível, mesmo cada homem tendo direito a voto, e que isto não seria uma ameaça para a propriedade ou para a continuidade das sociedades divididas em classes (classe significando, num sentido mais ou menos livre, a diferença entre ricos e pobres).

Pensar numa sociedade destituída de classes é uma utopia. Porém, uma sociedade dividida em classes, com um objetivo de finido em tornar as distâncias das desigualdades menores, ou seja, dando oportunidades iguais a todos os cidadãos, em que a ascensão social seja respeitada como um direito inerente à pessoa humana, proporcionando o desenvolvimento do indivíduo como ponto básico, é dinamizar a vida como uma forma de aumentar a participação popular na forma de governo que se pode designar de Democracia.

Como ponto fundamental para analisar e entender a questão da Democracia, nada melhor do que mergulhar na análise que Macpherson fez sobre a democracia liberal, ou seja, partindo de uma análise teórica ele desenvolveu, num sentido objetivo, as origens e evolução da Democracia.

Macpherson emprega a palavra "modelo" no sentido de uma elaboração teórica com o intuito de explicar as relações reais do desenvolvimento da própria história humana, com suas mudanças e com possibilidades de evolução.

O que desejamos neste estudo é dar um enfoque sobre um "modelo" dos quatro "modelos" desenvolvidos por Macpherson.

"... Examinarei três modelos sucessivos de democracia liberal, dos quais se pode dizer tenham prevalecido alternadamente desde inícios do século XIX até o presente, e continuarei a examinar as perspectivas de um quarto modelo. Chamarei o primeiro modelo de Democracia Protetora: suas razões para o sistema democrático de governo eram de que nada menos poderia em princípio proteger os governados da opressão pelo governo. O segundo é chamado Democracia Desenvolvimentista: ele introduziu uma nova dimensão ética, vendo a democracia sobretudo como meio de desenvolvimento individual. O terceiro, Democracia de Equilíbrio, deixou de lado a reivindicação moral, com base em que a experiência da atuação concreta dos sistemas democráticos mostrou que o modelo desenvolvimentista era inteiramente irrealista: os teóricos do equilíbrio ofereceram aos invés uma exposição (e argumentação) da democracia como uma concorrência entre elites, competição essa que produz equilíbrio sem muita participação popular. Esse é o modelo vigente no momento. Seus defeitos tornam-se cada vez mais patentes, e a possibilidade de substituí-lo por outro modelo mais participativo tornou-se uma questão intensa e grave. Assim é que este estudo prosseguirá de modo a considerar as

perspectivas e problemas de um quarto modelo, o da Democracia Participativa." (3)

Portanto, atualmente vivemos numa tendência irreversível de democratização não só na política, como também, na vida intelectual e cultural como um todo.

Esta tendência é um reflexo da realidade social que hoje presenciamos e o cientista ou o pensador político será o instrumento capaz de influenciar esta tendência num sentido desejável.

Embora possa parecer paradoxal, acreditamos que hoje vivemos numa época em que o desenvolvimento crescente do pensamento e conduta da pessoa humana estão em plena ascensão rumo a uma sociedade mais participativa, tendo por exemplo todos os movimentos de base das comunidades menos aquinhoadas, os movimentos estudantis, os movimentos das minorias (negro, homossexual, índio, ...) etc., que são reflexos de seus desejos, ou seja, de participarem e serem respeitados como minorias.

A medida que a democracia política se amplia e novos grupos entram na discussão política, o ímpeto de sua atividade pode gerar crises e impasses ante os quais os mecanismos de decisão política de uma sociedade ficam paralisados.

Esta ameaça pode surgir nas sociedades onde a Democracia política atinge seu desenvolvimento pleno. Por exemplo, a

(3) C.B. Macpherson. A Democracia Liberal. Origens e Evolução.

Zahar Editores, Rio, 1978.p. 38.

Trad. Nathanael C. Caixeiro.

França de hoje deu uma prova de que se pode mudar, e as mudanças são importantes para a concretização de uma maior participação da população nos seus destinos.

Embora a crise no campo das idéias seja uma realidade de hoje, o fato é que esta crise tem como causa a submissão do indivíduo ao sistema e isto cria muitos conflitos - como por exemplo, a alienação ou marginalização das minorias, como o negro, a mulher, o índio e o homossexual.

A verdade é que neste século todas as referências consolidadas, no campo das ciências, das artes, da inteligência, enfim, se desintegraram, a razão disto é o próprio desenvolvimento do homem.

Portanto, em todos os domínios do conhecimento humano sucedeu a mesma coisa, ou seja, um questionamento dos valores consolidados, e dentro deste questionamento devemos repensar as teorias com base na práxis, pois o que era verdade absoluta no passado é agora verdade relativa ou mentira.

Conceitos precisam ser reformulados, para se chegar a uma melhor definição de homem, e sua participação no seu destino.

Portanto, hoje percebemos todo o alcance desses problemas, precisamente porque a Democracia deve ser a nossa realidade de no nosso tempo, ele não deve ser para nós um meio ideal, mas a própria realidade com aspectos positivos e negativos. Não podemos encarar a Democracia como somatória de aspirações ideais

em contraste com uma realidade imperfeita.

A Democracia deve ser avaliada envolvendo a consciência dos possíveis defeitos como pré-requisitos para sua correção.

Hoje temos uma infinidade de adjetivos para designar a Democracia, como, por exemplo: Democracia Direta, Liberal, Representativa, etc... o importante não é encontrar um adjetivo para identificar a Democracia, mas admitir alguns pressupostos sobre os seres humanos pelos quais e com os quais se há de contar. De que tipo de conduta política são eles capazes? Trata-se de uma questão fundamental, por exemplo, um sistema político que exigisse maior participação dos cidadãos e que tivesse mais racionalidade ou mais zelo político do que tem ostensivamente agora.

De uma maneira geral, "os teóricos políticos de todas as convicções—conservadores, tradicionalistas, individualistas liberais, reformadores radicais e revolucionários - compreenderam muito bem que a plausibilidade de qualquer sistema político depende amplamente de como todas as demais instituições, sociais e econômicas, modelaram ou poderiam modelar as pessoas com quem e pelas quais o sistema político deve operar." (4)

Este fato pode ser observado com bastante clareza nestes dois últimos séculos, pois a organização social induzia virtualmente a todos a aceitarem uma imagem do ser humano como

(4) C.B. Macpherson. A Democracia Liberal. Origens e Evolu-lução, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978. Trad. Nathanael C. Caixeiro. p. 12.

humano em virtude de sua aceitação das obrigações de sua categoria ou sua condição de vida.

Quando uma revolução comercial e industrial alterar de tal modo as coisas até então aceitas, será necessária outra imagem. Se for a imagem de um homem como essencialmente consumidor e apropriador, obteremos nova consciência, que permitirá e exigirá um outro sistema político coerente com esta nova imagem.

Se as pessoas vierem a pensar de si mesmas de algum outro modo, virá a ser possível um outro sistema político, por exemplo, quando todas as pessoas se conscientizarem de que os hábitos consumistas podem ser modificados, então vai ocorrer uma mudança e conseqüentemente, surgirá um novo sistema político.

Portanto, ao analisarmos um sistema político, passado, presente ou futuro, devemos ter claramente em consideração a maneira de como o povo está sendo conduzido ou seja, qual a imagem do homem comum dentro desta sociedade.

E para melhor sintonizar o assunto sobre a proposta da "Democracia Participativa" de Macpherson, devemos ter em mente o liberalismo proveniente da democracia liberal - ou seja, liberalismo que significa a reivindicação de libertar todos os indivíduos igualmente, dando-lhes condições para desenvolverem plenamente suas capacidades humanas.

Isto contestando a tese de que o único meio para atingir a meta da produtividade do capitalismo de livre empresa, era

a aceitação da vinculação da sociedade de mercado com os fins da democracia liberal.

Mas hoje esta tese não tem uma aceitação, ou seja, não é mais necessária, se admitirmos que atingimos um certo grau de produtividade que possibilita uma vida mais digna (bem-estar) para todos sem depender dos incentivos do sistema capitalista.

E partindo deste ponto de vista ou seja, considerando que podemos ingressar numa nova sociedade sem ser baseada no mercado capitalista com um rótulo de "democracia liberal", é que Macpherson propõe uma ideia tomando como base os movimentos já existentes desde a década de 60.

Portanto, a "Democracia Participativa" assunto desenvolvido por Macpherson, não é mais um adjetivo que a palavra Democracia passa a receber, mas uma posição teórica onde o seu funcionamento maior é a própria realidade, partindo dos movimentos que questionaram a sociedade consumista da década de 60, com protestos em quase todos os países do mundo.

Foi esta nova postura mundial que fez reviver uma questão tão antiga e nova, ou seja, o questionamento do indivíduo como um ser político e social tendo como base, uma maior conscientização de si mesmo.

Foi tão amplamente difundida que os governos nacionais começaram a alistar-se, pelo menos verbalmente, sob o rótulo da participação, e alguns chegaram mesmo a desenvolver programas com ampla participação popular. Foi este o caso dos Programas de Ação Comunitária inaugurados pelo Governo Federal dos

Estados Unidos em 1964, e hoje, as Comunidades Eclesiais de Base desenvolvidas pela Igreja Católica em toda a América Latina.

Entendemos que a alternativa comunitária é uma nova ideologia que se arrasta ao longo dos anos, não podemos mais deixar o indivíduo fora do destino de sua própria vida, não podemos aceitar a exploração do homem pelo homem, nem a opressão do homem pelo Estado. Comunidade é a idéia-força de uma política humanista. E é preciso lembrarmos de que a nação não é uma simples justaposição de indivíduos, mas uma comunidade de comunidades.

E assim, em lugar de concentração opressora do poder em mãos de um capital ou do Estado, uma política social e econômica de inspiração comunitária se orienta para a desconcentração das atividades e decisões, mediante a defesa e o desenvolvimento das comunidades sociais. E, ao mesmo tempo, pela substituição dos processos autoritários e paternalistas por processos democráticos de participação.

Portanto, as comunidades só terão importância na medida em que os seus membros forem considerados como pessoas e chamados a participar de sua vida e atividade, pois comunidade é o ambiente em que a pessoa se desenvolve.

A idéia de participação é característica fundamental da comunidade. E é fácil verificarmos esta força na nossa sociedade. As grandes estruturas do mundo atual tendem a reduzir os homens a um papel passivo dentro da coletividade. Esmagados pelas engrenagens políticas, econômicas e sociais, os homens

não confiam mais numa ação pessoal. Esperam dos governos, das empresas, de outros organismos, a solução dos seus problemas e o fato é que cada vez mais os problemas aumentam e os homens sentem-se incapacitados de resolvê-los. Esquecendo-se da imensa riqueza e as extraordinárias possibilidades de sua própria atuação, principalmente através da participação consciente na solução dos problemas reais da comunidade a que pertencem. A massificação pode e deve ser substituída pela conscientização. E a sociedade pode deixar de ser dirigida de cima para baixo, para ser governada democraticamente, através da participação do indivíduo.

"... A baixa participação e a iniquidade social estão de tal modo interligadas que uma sociedade mais equânime (igualdade de ânimo tanto na desgraça quanto na prosperidade ou serenidade de espírito - moderação) * e mais humana exige um sistema de mais participação política.

A difícil questão quanto a ou se uma mudança no sistema político ou uma mudança na sociedade são requisitos uma da outra,... Por enquanto, admito que algo de mais participativo que o nosso sistema atual é desejável. A questão restante é quanto a se isso é possível." (6)

(*)HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Editora Nova Fronteira 1ª edição (7ª impressão) - Rio.

(6) C.B. Macpherson. A Democracia Liberal. Origens e Evolução - Zahar Editores, Rio, 1978 p. 98.

A questão da participação popular na sociedade é analisada como um assunto polêmico, mas histórico.

Assim divide Macpherson seu estudo sobre a "Democracia Participativa": 1- É possível Agora Mais Participação?

a- O problema da dimensão

b- Um círculo vicioso e possíveis aberturas

2- Modelos de Democracia Participativa

a- Modelo 4 A: um primeiro enfoque abstrato

b- Modelo 4 B: um segundo enfoque

3- Democracia Participativa como Democracia Liberal?

Partindo da interrogação ou seja, é possível maior participação agora ?

"Não é vantagem simplesmente celebrar a qualidade democrática de vida e de processo decisório (isto é, de governo) que pode ter existido em comunidades contemporâneas, assembleias da Nova Inglaterra ou que existiram em antigas cidades-estado. Pode haver muito o que aprender sobre a qualidade de vida da democracia examinando-se essas sociedades de contato interpessoal direto, mas isso não nos mostrará como uma Democracia de Participação poderia atuar numa sociedade moderna de vinte milhões ou duzentos milhões de pessoas.

Parece claro que, em nível nacional, deve haver certo tipo de sistema representativo, e não democracia completamente direta.

A idéia que os recentes e os esperados avanços na tecno

logia do computador e telecomunicações possibilitarão conseguir uma Democracia direta apropriada para as comunidades muito populosas é atraente não apenas para os teóricos da tecnologia como também para os teóricos da sociedade e filósofos políticos. Mas essa idéia não presta atenção a uma exigência irrecusável de qualquer processo decisório: alguém deve formular as questões.

Sem dúvida, alguma coisa poderia ser feita com uma televisão com retorno para atrair mais pessoas a discussões políticas mais dinâmicas. E sem dúvida é tecnicamente plausível instalar em cada sala-de-estar um computador dotado de botões Sim ou Não, ou botões para De acordo, Não concordo, Não sei, ou para Apóio Enfaticamente/Apóio/Não Interessa/Desaprovo em parte / Desaprovo inteiramente, ou para múltiplas escolhas preferenciais. Parece inevitável, porém, que o organismo governamental teria que decidir sobre as questões a serem feitas: dificilmente disso se poderia incumbir a organismos privados.

Poderia de fato haver uma cláusula de que certo número definido de cidadãos tenham o direito de propor questões que sejam depois apresentadas eletronicamente a todo o eleitorado. Mesmo com essa cláusula, contudo, a maioria das questões necessárias em nossas complexas sociedades atuais dificilmente poderia ser formuladas por grupos de cidadãos, suficientemente específicas para proporcionarem respostas que dêem clara diretriz ao governo. Nem se pode esperar que o cidadão comum responda ao tipo de questões que sejam necessárias para uma diretriz clara".(7)

(7) C.B. Macpherson, A Democracia Liberal. Origens e Evolução. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978. Tradutor - Nathanael C. Caixeiro. pp. 98 e 99.

É de fundamental importância entendermos que a participação direta do homem no processo decisório é uma ilusão. Porém, não podemos deixar de investigar e questionar os conceitos dos muitos valores existentes, mesmo as idéias utópicas que poderão servir de subsídios para o nosso progresso no campo do aperfeiçoamento político e social.

Devemos compreender a palavra participação, como sendo um contingente maior de pessoas, com objetivos definidos representando o pensamento da maioria. (maioria significando quantidade).

Podemos verificar que as alusões feitas por Macpherson no que diz respeito ao desenvolvimento da tecnologia são bastante interessantes, mas o objetivo maior é adentrarmos numa reflexão sobre o quanto a tecnologia no campo da evolução humana deixou de realizar. Hoje, por exemplo, o uso do computador é bastante aceito e difundido por todas as áreas do conhecimento humano, porém no campo da política, não tem muito significado, levando-se em consideração a importância da participação do homem no seu próprio destino. Quando se utiliza o computador para suprir a participação popular está-se violando e anulando a capacidade do homem, ou seja, quando se utiliza o computador para responder sobre certas circunstâncias da vida do indivíduo como se todos os indivíduos fossem iguais, está-se tornando o homem uma máquina e, conseqüentemente, alienado e marginalizado de sua própria realidade.

Não resta a menor dúvida, por exemplo, sobre a importância da televisão, como meio de comunicação de massa. Mas a sua

manipulação com o objetivo de afastar o povo das discussões diretas leva-o também para uma marginalidade no processo decisório. Por exemplo, os candidatos a cargos eletivos são beneficiados com o uso da televisão, porque defendem seus argumentos particulares e partidários, distantes da participação direta, e em conseqüência o espectador torna-se cada vez mais apático e passivo nos assuntos de interesses coletivos por falta de oportunidade de participar nos programas e atividades de ordem política.

Reconhecemos a importância do desenvolvimento da tecnologia, mas este desenvolvimento deve ser acompanhado do humano; portanto, desenvolver o conhecimento humano é progredir em todos os outros.

A dimensão da questão sobre a participação começa a tomar o seu rumo certo, ou seja, a participação que começamos a delinear tem como pano de fundo o próprio desenvolvimento do pensamento político ao longo da história. E quando tomamos a história como base é porque acreditamos na sua irreversibilidade e nada melhor do que examinarmos os conhecimentos do passado como subsídio para o nosso aperfeiçoamento filosófico, político e social.

" O problema da Democracia Participativa em grande escala parece insolúvel. É insolúvel se nós simplesmente tentarmos tirar cópias heliográficas do sistema político proposto sem prestar atenção às mudanças na sociedade, e na consciência que as pessoas têm de si mesmas, o que com um pouco de reflexão veremos deve preceder ou acompanhar a consecução de alguma coisa como Democracia Participativa. Quero sugerir agora que o problema

central não é de como uma Democracia Participativa deve atuar, mas de como podemos nos chegar a ela". (8)

Como ponto básico do entendimento sobre "Democracia Participativa" é o próprio progresso humano ou seja, é a própria consciência de cada indivíduo sobre a importância de sua participação nas mudanças de sua sociedade.

Portanto, não se pode pensar em atingir uma Democracia Participativa anulando o indivíduo, ou seja, o indivíduo deve ocupar o ponto central das atenções com seus interesses e aspirações, e partir daí para a constituição de uma vida social mais participativa.

E com base num consenso geral da coletividade no que se refere à determinação e definição dos interesses, é possível e é consequência natural a cooperação de todos na consecução de um mesmo fim, que é aquele interesse coletivo que no fundo é o interesse do indivíduo.

A questão da participação se cinge, em última análise, em determinar e definir qual seja o interesse coletivo, e realizar isso de maneira a reunir o consenso geral. Para que isto ocorra é natural que existam divergências, debate e entendimentos. Mas uma vez determinado, através do consenso geral, só resta pô-lo em prática.

É importante focar o aspecto formal do que seja consenso geral, levando-se em consideração o interesse coletivo. A mobilização da opinião pública - (Coincidência de interpretação de um fato pela maioria dos membros de uma sociedade. Ou a opi-

(8) C.B. Macpherson. A Democracia Liberal. Origens e Evolução. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1978. Trad. Nathanael C. Caixeiro, p. 101.

nião pública expressa a consciência coletiva no julgamento dos fatos de interesse geral) (9) com audiência geral concedida a todos os cidadãos, não só àqueles que espontaneamente e por sua própria iniciativa desejarem se manifestar, mas também os demais que são ativamente estimulados para também intervirem no debate, e participarem com suas sugestões.

Portanto, é de fundamental importância procurarmos atingir a Democracia Participativa. Isto por que, para podermos atingi-la ou adentrarmos em alguma parcela considerável dela , nossa luta ao longo da história que a ela conduz nos tornará mais capazes ou pelo menos nos despertará para questionarmos a nossa própria vida, e conseqüentemente fazê-la existir.

As experiências ou tentativas em conseguir uma Democracia onde a participação do indivíduo tenha sido uma proposta de finida nos mostra que têm suas falhas, mas o importante é insistir até fazê-la operar.

..." Democracia realmente participativa em países onde tem havido uma meta consciente, por exemplo, a Tchecoslováquia até 1968 e muitos países do Terceiro Mundo, exigem algumas reservas quanto a essa proposição. Porque em ambos os casos, longo percurso do caminho já foi percorrido: refiro-me ao afastamento desde a ideologia burguesa e divisão de classes capitalistas em direção, num caso, ao humanismo marxista e, no outro caso, a um conceito rousseauísta de sociedade abarcando uma vontade geral, e em ambos os casos um senso de comunidade mais forte

(9) MELLO, Osvaldo Ferreira, Dicionário de Direito Político. Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1978.

do que temos. E, naturalmente, nos casos citados, todo o caminho foi percorrido distanciando-se da imagem invertida do sistema de mercado capitalista oligopolista: quero dizer, a concorrência oligopolista de partidos políticos que vige entre nós, a qual é não apenas não-participativa, mas denunciada, pela maior parte da corrente de teóricos liberal-democráticos, como supracessencialmente não-participativa.

De modo que há ainda dificuldade para conseguir-se a Democracia Participativa mesmo quando muito do caminho tenha sido percorrido, isto é, quando algumas das mudanças sociais como requisitos óbvios tenham ocorrido, bem como a respectiva ideologia. Contudo, os caminhos que elas percorreram em países como os citados são significativamente diferentes do caminho que teríamos de percorrer para chegar perto da Democracia Participativa. Porque presumo que nosso caminho nas Democracias Liberais do Ocidente não será provavelmente a via da revolução comunista; nem, obviamente, será a via de revoluções de independência nacional cercadas de todos os problemas de subdesenvolvimento e baixa produtividade com que se defrontam os países do Terceiro Mundo.

Por conseguinte, vale a pena indagar sobre que caminho será possível quaisquer das Democracias Liberais do Ocidente viajar, e se, ou em que grau, o caminhar ao longo da estrada poderia tornar-nos capazes de fazer funcionar um sistema consideravelmente mais participativo que o nosso atualmente. Podemos resumir isso numa questão: que obstáculos têm de ser removidos, isto é, que mudanças em nossa atual sociedade e na atual ideolo

gia serão requisitos ou co-requisitos para chegarmos a uma Democracia Participativa". (10)

Com estes argumentos de uma certa abrangência podemos ter uma idéia mais clara da problemática da Democracia proposta por Machperson. E para melhor situarmos as possíveis aberturas desta análise focalizaremos os dois requisitos para o surgimento da Democracia Participativa.

"Um deles é a mudança da consciência do povo (ou da sua inconsciência), do ver-se a agir como essencialmente consumidor, ao ver-se a agir como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua capacidade. Isso é requisitado não apenas para o surgimento, mas também para atuação de uma Democracia Participativa. Para esta, a auto-imagem traz consigo um sentido de comunidade que a primeira não traz. Pode-se adquirir e consumir por si mesmo, para a própria satisfação ou para mostrar a própria superioridade em relação a outros: isto não exige nem alimenta um senso de comunidade; ao passo que o desfrute e desenvolvimento da própria capacidade deve ser feito na maior parte em conjunto com outros, em certa relação de comunidade. E não será de duvidar que a atuação de uma Democracia de Participação exija um sentido mais forte de comunidade do que agora existe.

Outro pré-requisito é uma grande diminuição da atual desigualdade social e econômica, visto que a desigualdade, como argumentei, exige um sistema partidário não-participativo para

(10) C.B.Machperson. A Democracia Liberal, Origens e Evolução. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978. Trad. Nathanael C. Caixeiro. pp. 101-102.

manter coesa a sociedade. E na medida em que a desigualdade é aceita, o sistema político de não-participação provavelmente será também admitido por todos aqueles em todas as classes que preferiram estabilidade em vez de perspectiva de completo fracasso social.

Ora, se essas duas mudanças na sociedade - a substituição da imagem do homem como consumidor, e uma grande redução da desigualdade social e econômica - são pré-requisitos da Democracia Participativa, parece termos caído num círculo vicioso. Porque é improvável que qualquer desses dois requisitos sejam satisfeitos sem uma participação democrática muito maior do que agora. A redução da desigualdade social e econômica é improvável sem forte ação democrática. E tudo indica, se acompanharmos Marx ou Mill, que só mediante envolvimento completo na ação política conjunta pode o povo ultrapassar sua consciência de si mesmo como consumidor e apropriador. Daí o círculo vicioso: não podemos conseguir mais participação democrática sem uma mudança prévia da desigualdade social e sua consciência, mas não podemos conseguir as mudanças da desigualdade social na consciência sem um aumento antes da participação democrática". (11)

Portanto, o que verificamos nesta citação de Macpherson é sua preocupação em verificar as mudanças que estão acontecendo em vários países e que estas mudanças sejam não só perceptíveis mas que tenham possibilidade de operar. Por exem

(11) C.B. Macpherson. A Democracia Liberal. Origens e Evolução. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978. Trad. Nathanael C. Caixeiro, pp. 101-102.

plo, hoje vivemos num período de transição no Brasil, proveniente dos movimentos sindicais de São Paulo e das grandes greves; lógico, que esta transição perceptível tem também a participação da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base e outros segmentos da sociedade, como a Ordem dos Advogados do Brasil e tantas outras instituições representantes da sociedade civil.

Vemos hoje também uma grande transformação no próprio significado de socialismo, principalmente depois das eleições de maio-junho de 1981 na França. O resultado tem como perspectiva um terceiro tipo de socialismo, como afirma MAURICE DUVERGER "... Um terceiro tipo de socialismo, diferente dos dois já difundidos: o comunismo e a social-democracia. Seu perfil é mais fluído do que os demais porque ele não conta com a mesma experiência. Permanece como teoria ainda inaplicada. No momento em que passa a sê-lo, assemelha-se um pouco à concepção vigorosa do artista, o guia na realização de uma obra nova, cujos contornos e significado só aos poucos irão surgindo. Esse tipo de socialismo carecia até o momento de um aparelho de poder que pudesse enraizar na história. Acaba de consegui-lo.

... Entre o comunismo e a social-democracia, o socialismo francês sempre procurou um caminho intermediário que acrescentaria o pluralismo político de Democracia do Ocidente a uma certa organização coletiva da economia. Unindo a tradição marxista de Guesde à tradição humanista de Juarês, ele conseguiu unir as duas extremidades da cadeia, apesar das dificuldades.

Desde sua origem, o anarco-sindicalismo isolara o movimento operário, que fortaleceu os grandes partidos do Norte. Desde 1920, o cisma comunista desenvolveu na sua esquerda um rival monolítico e sectário, que o isolou para a direita, obrigando-o a manter um discurso rígido para manter contacto com os trabalhadores. Ao mesmo tempo, a estrutura dos regimes políticos o privava de toda possibilidade de aplicar suas idéias, salvo numa breve passagem pelo poder, por ocasião da Frente Popular, a que seus aliados se prendiam mais ou menos. A vitória este ano altera completamente os dados da questão. Dá os meios de elaborar na prática esse socialismo do terceiro tipo, cuja imagem intuitiva pouco a pouco se organizou, de Léon Blum a François Mitterrand.

... Como seus predecessores, o socialismo do terceiro tipo entra agora na história graças a um aparelho de poder que o faz passar aos fatos. Na medida em que o parlamentarismo não permitia mais que governos de coalizão, contraditórios e frágeis condenados a viver o dia-a-dia, hora a hora, impedia um empreendimento que requer força e duração. Agora se acham unidas pela conjunção das instituições da 5ª República, do partido reorganizado por François Mitterrand, de seu predomínio sobre os comunistas reintegrados na política nacional, e da perspicácia de eleitores que compreenderam essa evolução de vinte anos.

Dispondo assim de meios análogos aos dos socialistas-democratas, o socialismo francês pode atirar-se à aplicação de um modelo mais ambicioso e mais elaborado, melhor adaptado às

condições dos anos 80.

Isso supõe uma perseverância que ultrapassa o prazo de uma legislatura. Será necessário, pois, que o apoio da maioria dos cidadãos se prolongue além de 1986, e que ela possa expressar-se novamente em formas que não a esterilizem mais".(12)

É, portanto, com base nestas mudanças que devemos investir na ruptura dos conceitos e sistemas tradicionalistas como um meio de conquista.

Esse enfoque sobre a situação política da França (O Socialismo do terceiro tipo) tem como objetivo registrar alguns fatos históricos que fazem parte da nossa esperança de uma sociedade mais participativa, e de que a realidade dos fatos possa cada vez mais estar presente para acreditarmos na Democracia Participativa.

Mediante estas mudanças começamos a indagar sobre a sua importância. Estas aberturas serão para o nosso bem? E na medida em que as pessoas começarem a questionar a si mesmas num ângulo menos consumista, investindo mais na prosperidade de toda a comunidade, então, pode desaparecer a apatia política e conseqüentemente, surgir uma consciência do consumidor levando-as a ser muito mais do que simples consumidoras.

(12) DUVERGER, Maurice. O Socialismo de terceiro tipo. "Le Monde" Folha de S. Paulo. 26/julho/81.1º Caderno-Exterior.p. 12.

E, portanto, com base numa conscientização dos indivíduos que a participação nas atividades da vida de toda a coletividade deve prevalecer, para decidir sobre a qualidade de vida e de trabalho na comunidade.

"Uma das mais evidentes, pelo menos nas cidades norte-americanas, que tem sido até aqui notoriamente carente de valores humanos, é o surgimento de movimentos comunitários ou de vizinhanças, bem como de associações constituídas para exercer pressão no sentido de manter ou fortalecer aqueles valores contra as operações do que se pode chamar os complexos políticos-comerciais urbanos. Tais movimentos se têm difundido, com efeito considerável, contra as vias expressas, contra a expansão da propriedade, contra a predação ecológica, etc. É verdade que em geral esses movimentos começaram como questões isoladas, e às vezes assim permaneceram. E em geral não procuram mudar, mas apenas introduzir novas pressões sobre a estrutura política municipal.

... Menos visíveis, mas talvez a longo prazo mais importantes, são os movimentos em favor da participação democrática no processo decisório do trabalho. Esses movimentos ainda não abriram brechas consideráveis em qualquer das democracias capitalistas, mas a pressão por alguns graus de controle pelos trabalhadores nas oficinas e mesmo em nível executivo está aumentando, e exemplos concretos dessa pressão atuante são promissores. É dupla a importância quanto a se as decisões sejam apenas quanto a condições de trabalho e planejamento do modo de trabalho em nível de oficina, ou se deve estender-se até a

participação em decisões políticas em nível de gerência empresarial". (13)

Portanto esta citação deixa clara a importância da participação do indivíduo na sua vida de trabalho, pois é no trabalho que a pessoa comum tem seu interesse mais imediato e direto, donde, pode-se pensar ou racionar numa maior amplitude ou melhor, partindo de uma decisão de interesse imediato o indivíduo percebe que também tem aptidão para participar de uma decisão de interesse coletivo, e daí a apatia do indivíduo sobre as decisões políticas passam a desaparecer.

"O capitalismo, em cada uma das nações ocidentais, na presente década, está passando por dificuldades econômicas de proporções quase catastróficas. Não se pode prever o fim dessas crises.

O mais óbvio sintoma desse fracasso é a vigência, simultaneamente, de altos índices de inflação e desemprego duas coisas que era costume pensar-se como alternativas. Para os assalariados, é grave a questão da desvalorização dos salários juntamente com a insegurança dos empregos. O problema já levou os trabalhadores à militância sob várias formas:

Em alguns países, a atividade política aumentou tanto a força dos comunistas como dos partidos socialistas; em outros a partici

(13) C.B. Macpherson. A Democracia Liberal. Origens e Evolução. Zahar Editores. Rio de Janeiro Trad. Nathanael C. Caixeiro 1978, p. 106.

pação cada vez maior é visível nos sindicatos e na atividade industrial. Os sindicatos serão sempre mais impelidos não a se interessar pela parcela do trabalho na renda nacional mas a reconhecer a incompetência estrutural do capitalismo dirigido. Não se pode afirmar que os dirigentes sindicais tenham sempre exercido isso, mas eles estão cada vez mais sendo pressionados pela atividade dos comissários das fábricas e pela atuação das greves. É de se esperar que aumente a participação da classe trabalhadora na ação política e industrial e que a consciência de classe recrudesça. A probabilidade é que a atuação industrial, que já é grande, venha a ser encarada como fundamentalmente política, e assim, quer assuma ou não a forma de participação no processo político formal, significará participação política aumentada".(14)

Com bases nestas citações de Macpherson podemos delectar o fundamento de sua preocupação no que diz respeito à realidade social, econômica e política do indivíduo diante do crescimento econômico com sua incapacidade de resolver os problemas da realidade social e econômica de hoje, quer dizer, a incapacidade do capitalismo satisfazer as expectativas do indivíduo consumidor proporcionando cada vez mais a desigualdade e, conseqüentemente, a apatia política.

Mas, isto conduz a uma consciência menos consumista por parte do indivíduo e a partir desta consciência, diminui o consumo e aumenta o desejo de participação política.

(14) C.B. Macpherson. A Democracia Liberal. Origens e **Evolução**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978. Trad. Nathanael C. Caixeiro. p. 108.

O propósito de Macpherson é fixar uma opção para o futuro, fazendo uma reflexão e tendo como base os movimentos e as mudanças atuais, estimulando um grau crescente de participação como algo possível.

E assim, se justifica: ... "Antes de deixar essa análise da possibilidade do trânsito a uma Democracia Participativa, devo ressaltar que procurei só o possível mesmo escassamente possível, para o futuro. Não tive em mente afirmar que essas chances de passagem de um sistema a outro são melhores ou piores que meio a meio. E quando se pensa nas forças antagônicas a tal mudança, poder-se-ia hesitar em elevar essas chances a meio a meio. Basta pensar no poder das empresas multinacionais; na probabilidade da penetração cada vez maior nos negócios internos das agências secretas de informações como a CIA norte-americana; no crescente recurso ao terrorismo político pelas minorias oprimidas de esquerda e de direita, com a escusa que dão aos governos de passar a práticas de Estado policial e mesmo obtendo apoio popular para o Estado de força. Contra tais forças só se pode apresentar o fato de os governos liberal-democráticos estarem relutantes em utilizar a força aberta em larga escala, exceto por curtos períodos, contra quaisquer movimentos populares amplamente apoiados no país; compreensivelmente, pode não estar em condições de contar com o exército e a polícia". (15)

(15) C.B. Macpherson. A Democracia Liberal. Origens e Evolução. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978. Tradutor. Nathanael C. Caxeiro. p. 109.

Portanto, as idéias sobre "Democracia Participativa" dentro do enfoque até agora descrito têm uma preocupação bem nítida, que é a questão da participação do indivíduo como requisito para chegar a uma "Democracia Participativa", porém, vamos tomar como questão básica a sua viabilidade, começando por um enfoque abstrato do próprio Macpherson: "Se examinarmos as questões primeiramente em termos gerais, ... o modelo mais simples que mais adequadamente pudesse ser chamado de democracia de participação seria um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base. Assim, começaríamos com a democracia direta ao nível de fábrica ou vizinhança, discussão concreta face a face e decisão por consenso majoritário, e eleição de delegados que formariam uma comissão no nível mais próximo seguinte, digamos, um bairro urbano ou subúrbio ou redondezas. Os delegados, teriam de ser suficientemente instruídos pelos que os elegessem, e responsáveis para com eles de modo a tomar decisões em nível de conselho em caráter razoavelmente democrático. Assim prosseguiria até o vértice da pirâmide, que seria um conselho nacional para assuntos de interesse nacional, e conselhos locais e regionais para questões próprias desses segmentos territoriais.

Seja em que nível for além do primeiro em que as decisões finais sobre diferentes assuntos fossem tomadas, as questões teriam certamente de ser formuladas por uma comissão do conselho. Assim, se em qualquer nível a referência cessasse, cessaria de fato com uma pequena comissão daquele conselho. Isso pode dar a impressão de diferir muito do controle democrático. Mas acho que é o melhor a nosso alcance. O que é necessário, em

cada estágio, para tornar democrático o sistema, é que os encarregados das decisões e formulação dos problemas, eleitos desde os níveis inferiores, sejam responsabilizados em relação àqueles que os elegeram, sob pena de não reeleição.

Ora, um sistema como esse, por mais claras que sejam as responsabilidades determinadas em papel, mesmo que o papel seja uma constituição nacional formal, não é absolutamente garantia de efetiva participação democrática ou de controle democrático: o "Centralismo democrático" da União Soviética, que era precisamente um esquema como esse, não pode ser considerado como tendo dado o controle democrático pretendido. A questão é se essa falha é inerente à natureza de um sistema piramidal de conselhos. Acho que não. Sou de parecer que podemos identificar os conjuntos de circunstâncias em que o sistema não atuará como pretendido, isto é, não dará a responsabilidade apropriada aos nível inferior, não será dinamicamente democrático". (16)

Como então este sistema de conselhos piramidais poderá servir como protótipo de uma "Democracia Participativa" ? Esta pergunta é fundamental para podermos entender a proposta de Macpherson.

Acreditamos que, na medida em que as condições, de uma maneira geral, forem se abrindo para transição a um sistema de participação; é exatamente o que está acontecendo aqui no Brasil e em outros países do ocidente. Os mais óbvios impedimentos

(16) C.B. Macpherson. Democracia Liberal. Origens e Evolução. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978- Tradutor: Nathanael C. Caxeiro. pp.110-111.

estão sendo eliminados pela própria mudança de comportamento das pessoas no seu dia-a-dia. Este sistema piramidal que a princípio parecia impossível começa a operar, como por exemplo as associações de moradores de bairro e de favela nas grandes cidades brasileiras, o movimento operário nas fábricas, as Comunidades Eclesiais de Base que a Igreja Católica está desenvolvendo nos países em desenvolvimento, são realidades e são - início da própria Democracia Participativa. Mas toda esta aproximação no sentido de um modelo plausível, é também a derrubada dos obstáculos que impediriam a realização destes trabalhos, porém não devemos esquecer o peso da tradição que está enraizada em todos os países do ocidente, e as circunstâncias concretas que ainda vigoram são uma realidade deste período de transição.

O que devemos focalizar também é a dimensão dos partidos políticos dentro da realidade das nações ocidentais em fins do século XX. Os partidos políticos devem ser questionados para apresentarem um novo discurso, defendendo desde a preservação ecológica ao respeito ao direito das minorias (discriminação racial, direito das mulheres e dos homossexuais) pois somente poderemos entrar no emaranhado da "Democracia Participativa" através de uma conjugação de forças incluindo os partidos políticos. Portanto, a "Democracia Participativa" terá muito mais aceitação na medida em que a participação do indivíduo for respeitada em combinação com um sistema partidário competitivo.

Um outro enfoque sobre o modelo de "Democracia Participativa" é o seguinte: "A combinação de um aparelho democrático piramidal direto e indireto com a continuação de um sistema partidário parece essencial. Nada, a não ser um sistema piramidal, incorporará qualquer democracia direta numa estrutura de âmbito nacional de governo, e exige-se certa significativa quantidade de democracia direta para o que quer que se possa chamar de democracia de participação. Ao mesmo tempo, partidos políticos em concorrência devem ser presumidos, e partidos cujas reivindicações não casem coerentemente com o que se possa chamar de democracia liberal deverão ser repelidos.

Não apenas é, provavelmente, inevitável a combinação da pirâmide e dos partidos: ela pode ser positivamente desejável. Pois mesmo numa sociedade não dividida em classes ainda haverá problemas que os partidos constituiriam, ou mesmo que fossem de sua alçada propor e debater: problemas tais como a dotação geral de recursos, planejamento ambiental e urbano, política demográfica e de imigração, política militar. (Vale notar que na Tchecoslováquia, na primavera e verão de 1968, pouco antes da derrubada do regime reformista pela intervenção militar da URSS, uma das propostas mais solicitadas para fortalecimento da qualidade democrática do sistema político foi a introdução de um sistema partidário em competição, e que isso teve considerável apoio público, e mesmo no interior do Partido Comunista dominante. Numa pesquisa de opinião pública em julho, 25% dos membros do Partido Comunista consultados, e 58% das pessoas não partidárias consultadas, desejavam um ou mais novos partidos). (17)

(17) C.B. Macpherson. Democracia Liberal. Origens e Evolução. Zahar Edit. Rio de Janeiro, 1978.; Tradutor Nathanael C. Caixeiro. p. 114.

"Há, em teoria abstrata, duas possibilidades de combinar a organização piramidal com partidos em concorrência. Uma delas, a mais difícil, e tão improvável para que mereça atenção aqui, seria substituir a existente estrutura presidencial ou parlamentar de governo por uma estrutura soviética (que é concebível mesmo com dois ou mais partidos). A outra, muito menos difícil, seria manter a atual estrutura de governo, e confiar nos próprios partidos para operar pela participação piramidal. É certo, como disse anteriormente, que todas as diversas tentativas feitas pelos movimentos reformistas democráticos para tornar seus líderes responsáveis perante as massas quando se tornam governo têm falhadô. Mas a razão para esses fracassos não mais existiria nas circunstâncias que estamos considerando, ou pelo menos não existiria no mesmo grau. A razão para essas falhas era que a responsabilidade estrita de liderança partidária para com os membros do partido não dava ensejo à política de manobras e conciliação que o governo, numa sociedade de classes, deve ter a fim de desempenhar sua função necessária de mediador entre interesses antagônicos de classes em toda a sociedade. Sem dúvida, mesmo numa sociedade sem classes, haveria ainda algum ensejo de conciliação. Mas a quantidade de espaço necessário para conciliação com a espécie de problemas que pudesse então dividir os partidos não seria da mesma ordem de magnitude como o agora necessário, e o elemento de ilusão e disfarçamento para desfazer as linhas das classes não estaria presente.

Assim é que parece haver real possibilidade de existirem partidos autenticamente participantes, e que eles

possam operar imediatamente uma estrutura parlamentar ou de congresso para dar uma considerável medida de Democracia Participativa".(18).

E para finalizar as idéias desenvolvidas pelo cientista político Macpherson nada melhor de que citá-lo, mais uma vez, como subsídio teórico e concreto para a "Democracia Participativa".

"... Poderá esse modelo de Democracia Participativa ser chamado de Democracia Liberal? Acho que pode. Evidentemente, não é ditatorial ou totalitário. A certeza disso não é a existência de partidos alternativos, pois é concebível que após algumas décadas eles desapareçam, em condições de grande prosperidade e generalizada oportunidade à participação pelo cidadão por outros meios que não os partidos políticos."(19)

Enfim, esta análise sobre a importância da participação do indivíduo nos faz reforçar um generalizado senso de que todos os cidadãos devem ser respeitados nos seus direitos, e aqui citarei o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir, em relação uns com os outros, com o espírito de fraternidade" (20), pois é no respeito de si mesmo que o indivíduo adquire a consciência de que é preciso conhecer-se, e daí participar livremente da vida e de sua comunidade, de compartilhar do progresso e dos benefícios, enfim, traçar sua própria vida.

(18) C.B. Macpherson. Democracia Liberal. Origens e Evolução.

Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978. Trad. Nathanael C. Caixeiro, p. 114.

(19) Idem, ibidem, p. 115.

(20) CRANSTON, Maurice. O que são os Direitos Humanos? DIFEL-Difusão Edit.

São Paulo, 1979- Trad. de Reinaldo Castro.

CAPÍTULO III

A PARTICIPAÇÃO DO INDIVÍDUO COMO EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA

Ao fazermos uma reflexão sobre Democracia, não poderíamos deixar de recuar até uma situação histórica distante. E nada melhor do que o Século XVIII, o qual ficou conhecido pela importância das grandes idéias desenvolvidas neste período da história intelectual e moral da humanidade. As formas políticas e sociais estavam tomando corpo através dos grandes filósofos de então. Mas não podemos nos aprofundar nisso, porque o nosso objetivo é fazermos uma reflexão em torno da participação do indivíduo como um processo de evolução da Democracia.

E para refletirmos a Democracia dentro da história, é importante focalizá-la tomando a realidade de uma época. Montesquieu, com o objetivo de escrever a realidade de seu tempo e tomar uma posição nas lutas, registrou o mundo que estava vivendo através de sua grande obra "Do Espírito das leis".

Portanto, com base nas leis, nos costumes e nos diversos usos dos povos de seu tempo, pôde Montesquieu escrever a história real da sociedade em que viveu dando assim uma forma científica ao seu trabalho.

O pensamento político de Montesquieu no que se refere à Democracia, serviu, ou melhor, influenciou, a partir de então, a elaboração da "Filosofia da Democracia".

E para situarmos melhor seu pensamento, analisaremos a

classificação que fez, ao distinguir três tipos de governos , a República que engloba a Aristocracia e a Democracia, a Monarquia e o Governo Despótico.

Ou seja para não sermos longos, elegemos apenas a temática da Democracia como base para nossa reflexão.

A maneira pela qual Montesquieu viu a Democracia fez, ao longo da história, muitos pensadores políticos acusarem a divisão de tipos de governos em confusa e equívoca.

Porém, estas acusações teriam justificativas se Montesquieu se limitasse a ver somente o regime político, mas sua maneira de ver teve um alcance maior, porque os três tipos de sociedade analisadas por ele não diferiam apenas pelo número dos governantes e na administração dos negócios públicos, mas na natureza das sociedades por inteiro.

Em outras palavras, ele não estabeleceu um princípio a priori, mas o criou através da comparação das sociedades que conheceu por intermédio da história ou mesmo em suas próprias observações; como também não podemos esquecer de localizar os povos que foram indicados na sua obra, como por exemplo, as cidades gregas e as célebres cidades italianas.

Por exemplo, Montesquieu, ao falar em República se referia ou ficava evidente que estava tomando como base as cidades gregas e as cidades italianas, daí a razão pela qual a Democracia e Aristocracia ficavam sob o mesmo título, o de República.

O fato é que ele se propôs a analisar governos em uma escala cósmica e chegar a um sistema de política com base em observações históricas.

Embora com uma linguagem ambígua e tantas outras restrições, não poderemos desconhecer um pensador original, que abriu um caminho para historiadores e cientistas políticos.

As idéias de Montesquieu fluíram de sua crença, ou seja: alheio às considerações moralizadoras, ele achava inútil atacar a política, mostrando até onde a moralidade, razão e justiça iam de encontro com a mesma.

E partindo daí, Montesquieu recusava ajuizar o que existia com o que devia existir, como também, submeter fatos políticos a princípios religiosos e morais, submeter conceitos abstratos à teoria do direito natural, que não são mais que juízos de valor disfarçados, e foi com esta postura que Montesquieu abriu a estrada real da ciência política.

Para Montesquieu, na Democracia não podia acontecer disparidade, ou melhor dizendo, a família, a escola e a própria vida deviam falar a mesma linguagem.

A educação para ele não podia ter fim, isto é, devia ser uma constante durante toda a vida. E isto reflete a própria essência da Democracia, ou seja, o círculo em que o homem passa a viver, não é mais do que a educação permanente da Democracia.

E como preocupação básica sobre a Democracia, Montesquieu defendia que o povo podia ser monarca, mas pelos sufrágios, que constituem suas vontades.

É importante frisar que ele, ao defender esta tese, de que o povo não poderia se governar, tinha como argumento a falta de conhecimento do povo para dirigir os negócios, e conhecer os lugares e as ocasiões e os momentos para aproveitá-los.

Montesquieu defendia a tese de que o povo como um todo possui o poder soberano; na Democracia, o povo em alguns aspectos é monarca e em outros o súdito, isto porque o povo só podia ser monarca pelos sufrágios, que constituem as suas vontades, e assim, escolhia seus representantes.

Portanto, não podemos esquecer que a grande obra de Montesquieu, "O Espírito das Leis", foi escrita num período (século XVIII) onde a literatura predominante, no que diz respeito à política, era eminentemente contaminada pela idéia monarquista. E o fato importante é que a monarquia absoluta se estabeleceu contra a nobreza, e o rei se apoiou nos plebeus para equilibrar o poder dos seus adversários feudais.

Mas o que Montesquieu deixou registrado foi o questionamento da origem do feudalismo e da monarquia absoluta, através das teorias das leis feudais e as relações com a própria revolução da monarquia.

Porém, o que ficou claro foi a posição de Montesquieu

como observador de sua época e bem informado, quando evoca com nostalgia os tempos da monarquia primitiva. O fato é que existia luta entre a burguesia e os feudais e a nobreza.

Isto nos faz concluir que naquela época os contemporâneos viviam a sua história pensando-a, e que todo este conflito de pensamentos era um reflexo da luta em busca de critérios científicos, ou seja, eram os primeiros passos do homem na procura de novos valores através da crítica da sua própria vida.

E para termos idéia do quanto foi importante a obra de Montesquieu basta adentrarmos no capítulo das formas de governo, para percebermos que ele escreveu tomando como base os movimentos reais do seu tempo distinguindo as estruturas e os conflitos profundos dos superficiais. Com isto adentrou na crítica de seu tempo registrando a história de sua época.

Além de seu valor histórico e revolucionário, a obra de Montesquieu enriquece o pensamento político.

E como desejamos, ao longo deste trabalho, focar nossas argumentações com ilustrações reais, não poderíamos deixar de tomar como base histórica "O Espírito das Leis" como um marco do passado que reflete a origem das preocupações do presente.

A história é maior fonte de todos os acontecimentos

da pessoa humana. E investindo no próprio progresso do homem, como um ser político e social, mesmo reconhecendo que cada época tem suas peculiaridades, acreditamos que a história é a única fonte onde procuramos nossas origens.

E por termos consciência de que os problemas e os conflitos do passado não o são mais hoje, mas que as idéias de nosso tempo e de nossa geração são um reflexo da própria evolução dos pensamentos que animaram os filósofos e historiadores do passado, é que elegemos a problemática da Democracia, tema que tanto inquietou os estudiosos ao longo da história humana.

Portanto, vivemos num período em que ninguém deseja conhecer por conhecer, mas conhecer com um objetivo definido e capaz de agir dentro da sua comunidade. É necessário, portanto, aprofundarmos nossos conhecimentos no que diz respeito à nossa realidade social, política e econômica, e através dela participar das decisões mais ligadas aos interesses da coletividade.

É de fundamental importância entender a realidade que vivemos e enfrentá-la sem deixar de reconhecer seus mitos, dentro da própria dimensão prática que é a história. Por exemplo, o mito da Democracia, desde quando se fala e se adjetiva a palavra Democracia.

É com base na história, ou seja, é com base na retórica da Democracia ao longo da história que devemos entender os diferentes discursos face aos dilemas de um sistema político

competitivo e desigual.

Em se tratando de discurso, qualquer discurso político foi e é impreciso, como também em matéria de opinião nenhum pensamento é verdadeiro, isto porque os pontos de vista percorrem muitas situações conflitantes, dificultando formas universais e indiscutíveis; quando muito chega-se a opiniões gerais.

Porém, ao longo da história, o tema Democracia vem sendo discutido como uma forma de governo, e devido a ser uma idéia de conteúdos bastante precisos ela tem sido pouco demonstrada.

Portanto, se cada vez que fosse pronunciada a palavra Democracia, aumentasse a possibilidade de praticá-la, certamente estaríamos vivendo no melhor dos mundos - talvez aquele que os utopistas não ousaram imaginar.

Todas as pessoas, como por exemplo, um líder sindical, um estudante, um religioso, um comerciante, etc., falam em Democracia, e no fundo todos têm um denominador comum, que é a segurança das expectativas de cada cidadão, ou seja, a liberdade de participar do seu próprio destino.

Ao procurar entender retoricamente a correlação existente entre a liberdade do cidadão e a exigência de ordem, dentro de uma dialética, vemos que existe um lugar comum no discurso político contemporâneo, que é a Democracia. Ela ao longo da história recebeu inúmeros adjetivos como Democracia Social, Democracia Direta, Democracia Indireta, Democracia Liberal, Democracia Popular,

etc., reforçando assim seu indiscutível valor argumentativo.

O que colocamos neste trabalho foi a retórica do pensamento de Montesquieu e de C.B. Macpherson, como um marco no desenvolvimento do pensamento político, ou seja, ao longo da história o pensamento de Montesquieu foi estudado e em cima dele, se procurou estruturar melhor o significado das várias formas de governo, como também, se procurou encontrar novas palavras ou mesmo substituir as antigas por novas concepções. E a retórica de Macpherson, é um reflexo do desenvolvimento de todo este processo histórico, sendo que suas idéias são as que estão mais próximas de nós.

Não se pode esquecer que a Democracia não deixa de ser uma disputa hegemônica que grupos e classes sociais desenvolvem com o fim de obter o poder.

Esses conflitos de grupos e classes são os esforços em prol de uma ordem ou seja, esses conflitos representam a busca de uma fórmula, a qual, todos os cidadãos procuram, para realizarem seus interesses particulares e os interesses gerais da coletividade, dentro de uma interdependência dos diferentes segmentos de grupos e classes que compõem a sociedade.

Esse condicionamento, nos conduz a uma questão eminentemente sócio-política que é devida à desigualdade e conseqüentemente, à falta de uma participação maior da população no seu próprio destino social-político e econômico.

Portanto, a Democracia, para que seja entendida como uma maneira de viver de um povo, precisa primeiramente de uma

conscientização do povo sobre a sua importância como pessoa na sua coletividade. Ou seja, sua participação no dia-a-dia da coletividade. Isto significa que o indivíduo precisa descobrir sua capacidade para por em ação suas decisões, esta tomada de decisão significa "poder"; este "poder" são as relações entre as sociedades, os movimentos, as organizações e as instituições sociais que estão diretamente envolvidas na determinação de tal "poder". É pois, nesta esfera, que o "poder" aparece em sua forma mais pura.

O que vem a ser esta participação?

Esta questão envolve o problema do tempo. Por exemplo, Montequieu escreveu a realidade política de seu tempo e para o seu tempo, mas hoje devemos questionar e reformular os nossos valores para o nosso tempo e lugar.

Então o que percebemos é que os velhos caminhos não são tão seguros e viáveis, diante da superação do nosso estoque de velhas certezas, que sucumbem a cada instante no confronto com o vozerio de contestação a quase tudo o que fazemos ou dizemos. Contestação que gera a falta de consenso sobre qualquer coisa.

Esta ausência de consenso parece ser a característica fundamental das várias Democracias que as nações estão vivendo neste conturbado final de Século XX. Social - Democracias, Liberal - Democracias, Democracias Populares, Democracias Autoritárias, Ditaduras, vivem igualmente um momento de disputas entre grupos sociais, cada vez mais fragmentados, os quais procuram obter mais participação, seja nos processos decisó-

~~rios seja nos frutos das decisões que afetam a vida social.~~

Tudo indica que estamos vivendo mais um momento histórico do pensamento político das nações, marchando para um alcance social dentro do processo de participação.

O cidadão, na procura de privilégios ou do que chamamos de direitos, prefere de uma certa maneira recorrer aos grupos que lhe estão mais próximos. Isto porque os partidos políticos já não são instrumentos confiáveis. Dai a importância que os grupos de interesse estão ganhando junto à Sociedade Civil.

Entendemos grupos de interesse como sendo "uma associação de pessoas que se unem em razão de objetivos comuns, exercendo influência sobre o governo ou sobre a opinião pública. O grupo de interesse se distingue do Partido Político por várias características, entre elas não ter caráter permanente; não visar ao poder; ter interesses imediatos e particulares a defender" (1). Com a própria evolução do Estado de direito liberal para um novo tipo de estado, esses interesses passam a ter uma necessidade de tradução política, sem um caráter político, e isto ocorre quando os grupos de interesse acabam concedendo aos partidos políticos uma posição cômoda, como porta-vozes das decisões políticas do povo, isto na direção dos interesses de grupos, e nesse contexto o Parlamento fica apenas como um lugar onde se ratificam decisões previamente tomadas em outra parte.

(1) MELO, Osvaldo Ferreira de. Dicionário de Direito Político
Ed. Forense, Rio de Janeiro, 1978.

~~E esta realidade é um reflexo da falta de confiança~~
e também, da inexistência de opções partidárias que o povo vive; pela ineficácia da organização partidária, os grupos de interesses têm muito mais possibilidades de manifestarem a própria administração, através de atividades comunitárias e tantas outras formas de expressar suas reivindicações.

Portanto, os grupos de interesse na realidade apresentam-se mais organizados, e mais independentes dos partidos e do próprio Parlamento, isto porque no decorrer do desenvolvimento do pensamento político os partidos não evoluíram, enquanto que os grupos de interesse, se apresentam neste momento mais organizados, sejam eles sindicatos, associações, clubes de serviço ou entidades religiosas. As disputas por direitos ou privilégios se tornam acirradas, por não encontrarem um respaldo capaz de concretizar estas reivindicações.

Onde focalizamos as disputas, e hesitações, é onde colocamos a importância de uma conscientização maior do povo, para participar do seu próprio destino, através da busca incessante da maturidade e do próprio equilíbrio de forças, que visam muito mais à construção do que à contradição.

E hoje somos convocados pelo próprio desenvolvimento do homem a repensar o significado de Democracia ao longo da história e contribuir para a evolução da sociedade.

E partindo de uma crítica sobre nós mesmo e sobre a sociedade em que vivemos, é que temos condições de estabelecer os vínculos do passado com a nossa realidade e traçar um

perfil do que somos hoje.

Esta reflexão vai mudar nossas atitudes e ao mesmo tempo liberta -nos e torna -nos mais políticos. Pois, não é a apatia política onde nos escondemos ao longo da história, que vai nos libertar, mas antes de tudo, nossa determinação em participar do nosso próprio destino. Para chegar o homem, por caminhos diferentes e novos, a encontrar-se consigo mesmo, a descobrir sua própria libertação tanto face aos poderes dominantes, quanto às forças das massas sociais, urge a determinação de comprometer-se consigo mesmo, com seus valores pessoais e substanciais e, em seguida, com as forças vivas da comunidade.

É com lições, mesmo limitadas, que existem aqui e acolá que devemos investir, pois serão os caminhos progressivos da libertação do homem perante as forças opressoras da dominação das elites e das classes massificadas. É partindo da discussão, da crítica e do relacionamento entre os vários problemas de uma comunidade, que se elege a questão importante; é daí que começa o relacionamento do mundo real com a participação das forças vivas da comunidade.

Portanto, a função primordial da participação do homem no processo decisório de assuntos coletivos, leva-o a uma consciência capaz de julgar livremente, de poder criticar, construindo algo e não apenas contestando o que existe.

A história está aí para nos lembrar que as revoluções sociais ainda não resolveram os problemas sociais: a mi-

~~séria e a fome continuam ainda a solapar a dignidade do homem,~~
sob qualquer regime sócio-político. Mas através de uma participação maior do homem acreditamos que o desequilíbrio tende a diminuir e isto só é possível na medida em que existir uma conscientização para a libertação do homem como um ser social e político.

Assim, é um desafio da nossa realidade adentrarmos num trabalho realmente crítico e frente aos desafios do presente, descobrir, propor e participar, sem desespero, com o propósito de apontar os meios de traduzir as possibilidades de uma participação maior na consecução de uma sociedade mais humana e socialmente mais justa.

E assim, adentraremos nas perspectivas de uma nova reflexão através do pensamento de Machpherson, cientista político contemporâneo, que investe na participação do indivíduo para questionar a sociedade e, em decorrência disso, despertar no indivíduo a força que ele possui ao nível de comunidade.

E para ficarmos bem sintonizados dentro da nossa realidade política, nada melhor do que entender a realidade do passado como questão inerente à própria existência do homem. É por isto que consideramos o homem a própria razão de ser de todo o mundo político, social e econômico.

O fato é que a teoria e a prática continuam conflitantes ao longo da história humana, como por exemplo, as questões das lutas entre as classes sociais, as questões dentro dos partidos políticos, e o questionamento do homem face à própria

ordem tradicional que se defendeu até hoje, como também o próprio Estado.

E se elegemos a participação do indivíduo como base para repensarmos o "Significado de Democracia", é porque acreditamos nos movimentos de base ou seja, nos movimentos sociais, como as Comunidades Eclesiais de Base, as associações de bairros e tantos outros, sendo estes o instrumento em que o indivíduo descobre a si mesmo o conseqüentemente, deixa de ser um indivíduo apático e passivo para torna-se um indivíduo ativo e preocupado com o seu próprio destino.

Macpherson esboçou seu "modelo" de Democracia Participativa, dentro desta temática melhor dizendo, com base nos movimentos da década de 60, que tinha como força por em questão a política mundial, onde se questionava os partidos oficiais do marxismo burocratizado (URSS) e do mundo capitalista, exigindo a transformação dos valores até então defendidos e aceitos.

Portanto, a partir dos movimentos da década de 60, foi que a idéia de participação dos cidadãos tornou-se patente nas decisões a nível governamental. E podemos verificar que a partir daí começou-se a questionar a distribuição de renda, a exigir mais justiça social e apresentar propostas em busca de melhores condições de vida.

E a esperança de conquistarmos espaço para que exista uma participação maior da população já não pode ficar ao

nível de abstrações, pois a própria realidade já nos mostra que isso é possível, e devemos acreditar na força do povo.

A participação como uma preocupação do presente já está bastante difundida nas várias esferas da sociedade, como por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base que a Igreja Católica vem desenvolvendo no Brasil e na América Latina, e os movimentos pacifistas em toda a Europa Ocidental.

Enfim, ao valorizarmos o indivíduo como base da evolução da Democracia estamos investindo nos próprios valores individuais e conseqüentemente investindo numa conscientização maior por parte de todos os indivíduos, como seres Sociais e políticos.

E dentro desta problemática foi que elegemos os movimentos sociais como instrumento mobilizador e conscientizador do próprio povo.

E assim, faremos uma reflexão sobre os movimentos sociais para refletirmos a própria "Democracia Participativa".

CAPÍTULO III

3.1. Movimentos Sociais

Ao adentrarmos na importância da participação do indivíduo no seu dia-a-dia, nada melhor do que focalizarmos os movimentos sociais como uma realidade. Estes movimentos têm, como denominador comum, um tipo de tomada de consciência da situação de vida.

Portanto, usaremos neste trabalho classes populares no plural, para englobar o operariado, o campesinato, os " marginais" (lumpemproletariado), funcionários, profissionais e setores da pequena burguesia, como também os desempregados que são os pobres e oprimidos.

Já os movimentos sociais terão o significado de sujeitos transformadores.

Vamos eleger os movimentos sociais urbanos, tendo em vista o importante papel que eles vêm desempenhando na mobilização, conscientização e organização do povo, e o seu grande significado na atual conjuntura, nas lutas entre os grupos e classes sociais, e suas implicações no próprio processo de mudança social e política.

Os movimentos sociais têm uma dimensão muito importante, que seria a dimensão histórica, que parte da análise da chegada do capitalismo ao continente latino-americano e de sua expansão, caracterizada por diferentes formas de dependência.

Assim é que os estudiosos e pesquisadores da América Latina indicam um conjunto de fatores típicos e distintivos de nossa realidade em relação à do capitalismo europeu, japonês e norte-americano. Dentre eles, interessa-nos apenas destacar a atuação dos movimentos sociais.

Realmente o que queremos frisar neste trabalho, como referência básica dos movimentos sociais, é sua ação histórica, que é indispensável para uma prática social e política cemo uma sequência natural do próprio desenvolvimento do indivíduo.

Portanto, o que desejamos é repensarmos a Democracia levando em consideração a valorização do homem e, conseqüentemente, sua participação no destino de sua vida, ou melhor, sua conscientização face à sua própria realidade de vida.

Para enfocarmos os movimentos sociais, devemos ter inicialmente a noção de como surgiram ou seja os movimentos se desenvolveram mais na classe operária, no movimento sindical das sociedades onde o capitalismo industrial estava em ascensão.

O fato é que estas lutas da classe operária se deram na Europa, se caracterizando por ações defensivas e reivindicativas, procurando sempre proteger o emprego, a estabilidade, sua autonomia profissional, a melhoria das condições de trabalho, a diminuição da jornada de trabalho, mais tempo livre, etc.

Por exemplo, a França socialista de hoje, adotou, no governo de François Mitterrand, uma política econômica, em que

os empresários pagarão salários mais elevados por menos horas de trabalho. Esta tomada de posição é para evitar uma recessão, como também, a inflação e o desemprego. Com esta postura verificamos que a França colocou a política não a serviço das leis econômicas, ou seja, a França traçou uma política e esta será seguida pela economia.

Porém, nas sociedades dependentes e subdesenvolvidas, que sofrem diretamente os impactos do imperialismo americano, se distinguem vários tipos de movimentos sociais.

E é exatamente pela importância dos movimentos urbanos, os quais têm um peso maior no próprio processo de transformação da sociedade, que elegemos este tema.

Estes movimentos sociais num determinado momento ganham densidade política e como pretendemos analisar a importância da participação do indivíduo na evolução da sociedade como um todo, é de fundamental importância levar em consideração as várias condições que estes movimentos assumem.

É importante salientar que os movimentos em cada país têm suas peculiaridades, o que nos faz examinar o aspecto histórico e, como consequência, as forças sociais que atuaram neste processo e quais as soluções que deram aos seus problemas maiores.

É no período de crise que aparecem com maior nitidez certos traços estruturais antes obscurecidos. Por exemplo, na crise do populismo na América Latina (figuras populistas como

Peron na Argentina e Vargas no Brasil), se esclareceram muitos interesses das classes que compunham o pacto social, anteriormente defendido com base na ideologia da união nacional em torno de bandeiras comuns.

No momento presente em que as crises são dos regimes militares autoritários, recuperam-se elementos fundamentais da sociedade civil antes minimizados, como também os próprios limites que o regime capitalista impõe.

De fato as mudanças que estão ocorrendo na sociedade brasileira por exemplo, são um reflexo da crescente conscientização de alguns setores da sociedade civil.

Portanto, os movimentos sociais urbanos incorporam de uma certa maneira, um caráter reformista e reivindicativo, ou melhor, estes movimentos estão adquirindo uma postura crítica do dia-a-dia dos indivíduos.

Por outro lado, os movimentos sociais de um modo in direto questionam os partidos políticos, ou seja, demonstram não acreditarem na capacidade dos partidos como instrumentos de uma mudança social, cultural e política da sociedade.

Na medida em que o mito dos partidos políticos perde sua capacidade mobilizadora, grande parte das funções representativas do partido perde também sua legitimidade. Assim se explica a perda de credibilidade das organizações tradicionais.

Cabe, portanto, aos partidos políticos, retomarem

suas funções como órgãos de reflexão e de propostas ajustadas ao novo contexto histórico, definindo novas formas de intervenção na sociedade.

O problema é tanto mais difícil na medida em que tais mudanças são de natureza social e cultural, que não podem ser decretadas, mas dependem tanto de uma tomada de consciência de parte das estruturas tradicionais quanto da iniciativa coletiva. Pois, se regras legislativas ou regulamentos partidários podem facilitar uma evolução, não podem nem devem substituir um movimento social extremamente significativo e essencialmente político.

É portanto, das lutas travadas no interior dos partidos e dos sindicatos, mas também fora deles, junto às bases, que depende o desenvolvimento de novas formas de iniciativa e de participação democrática, das quais todos sentimos hoje necessidade imperiosa.

Quando as crises perduram por um certo tempo, acarretam uma mudança na mentalidade de indivíduos conservadores, alteram os comportamentos de líderes moderados e fazem com que as massas sejam mobilizadas, também poderá ocorrer o inverso, ou melhor, os movimentos podem se fechar em suas posições, como por exemplo, o que ocorreu nas greves do ABC paulista, casos em que os operários rejeitaram o vanguardismo estudantil.

Portanto, o que devemos levar em consideração é uma análise da conjuntura sem perder de vista o referencial estrutu

tural a que está vinculada. Melhor dizendo, é não reduzir a realidade, pois só assim poderemos captar o fundamental dos movimentos.

A problemática dos movimentos sociais urbanos são resultados das contradições engendradas pelo capitalismo e, conseqüentemente, os movimentos deixam de ser autônomos e passam a ser um reflexo da realidade vivida.

Importa salientar que com o crescimento industrial em conexão com o processo de urbanização, um conjunto de meios de consumo, de circulação, de troca de abastecimento, de comunicação, de gestão e controle social se tornou cada vez mais produzido de forma coletiva e cada vez mais socializado.

Tudo isso é realizado num espaço que são as cidades, gerando as grandes metrópoles. Daí começam as contradições urbanas a expressarem as contradições globais do capitalismo e se manifestam em relação à ocupação do solo e organização do território físico, favorecendo os interesses dos capitais individuais em detrimento das necessidades coletivas.

Como por exemplo, em relação à acumulação e concentração do capital e à escassez dos meios de consumo, em relação a certos efeitos que são pluriclassistas tais como os problemas dos transportes coletivos e da poluição, e em relação às necessidades dos bairros de moradia.

O que queremos mostrar é a importância que passaram a ter os meios de consumo coletivos, frente às novas necessidades

que são vitais para o sistema de acumulação e de reprodução da força de trabalho. Necessidades essas que não podem ser satisfeitas pelos trabalhadores individualmente, e conseqüentemente exigindo mais custos sociais do que os empresários individualmente admite arcar. E daí, surge a intervenção do Estado.

O Estado por sua vez se transformou num gerenciador e controlador das condições gerais de produção e de consumo; dos meios de consumo coletivos, de forma a melhorar a racionalidade no sistema capitalista.

Então, com este tipo de desenvolvimento urbano, o Estado favorece os interesses dos setores dominantes e não consegue responder às reivindicações da imensa maioria (quantitativo) das classes populares, surgindo os conflitos entre o Poder Público e as coletividades oprimidas por sua dominação.

Assim, a lógica do lucro transforma-se numa desordem. As cidades por sua vez apresentam problemas sociais de maneira aguda originados por essas contradições; como por exemplo, a especulação imobiliária, encarecimento das moradias, dilapidação das forças de trabalho (perda de horas em condução; péssimas condições de habitação, violência e insegurança, etc).

É portanto nesse contexto que surgem os movimentos sociais urbanos, dentro de setores da sociedade civil, apresentando uma composição social heterogênea, com reivindicações em torno da esfera do consumo.

Apresentam-se ou se originam quase sempre de problemas

~~locais e em função de interesses imediatos, formando assim~~ peque nos grupos que, marcados pelo mesmos problemas e situação de vida, procuram ampliar suas reivindicações e daí vão formando uma autoconsciência coletiva que se politiza numa certa dependência com fatores internos e externos aos movimentos.

A base dos movimentos sociais é um grupo, uma insti tuição (por exemplo, no Brasil - as Comunidades Eclesiais de Base CEBs), uma associação, uma comunidade.

Nas comunidades de base se cruzam as várias classes e frações de classe, então é inevitável que os conflitos e alianças que ocorrem na sociedade mais ampla ali se reproduzam.

Porém, mais importante do que as argumentações teoló gicas, é o que podem representar como força social e novo lugar de experimentação participativa, estas CEBs.

É realmente impressionante a energia que se libera quando o povo começa a falar. Ele por tanto tempo aparentemente pas sivo, agora quer falar, decidir, nas várias instâncias da Socie dade Civil.

Boa parte dos partidos políticos com suas práticas tra dicionais, alguns sindicatos com suas estruturas corporativas, e a própria pastoral tradicional, têm suas respostas já elaboradas, suas palavras de ordem planejadas.

Enquanto que, numa associação de bairro, num clube de mães, ou mesmo numa Comunidade Eclesial de Base, o povo fi ca mais ã vontade para falar ã sua maneira, com seu ritmo e

suas imagens, e a partir de seus problemas bem concretos.

A Igreja Católica desenvolveu em muitos países, ao longo da história, um programa democrata-cristão, deduzido de uma doutrina social da Igreja, que tanto sensibilizava setores reformistas de classe média, pensando, por exigência ética, em certas mudanças mas, ao mesmo tempo, por sua condição ambígua de classe, temendo transformações.

No Brasil está havendo uma inovação, onde os meios cristãos não trazem um receituário, mas investem nos debates e na experiência de cada um dos participantes.

Estes movimentos emergem da própria realidade, ou seja, das contradições sociais geradas pelo capitalismo.

Por sua vez, as classes populares procuram resistir às condições de vida a que estão submetidas e formulam várias reivindicações; água, luz, habitação, etc. E essas reivindicações abarcam desde passeatas até formas violentas que são invasões de terrenos, linchamentos, depredações e assim por diante.

Estas reivindicações são dirigidas ao Poder Público; por sua vez o Estado procura elaborar políticas urbanas para equacionar os problemas, mas estas medidas são normativas, regulativas, indo portanto resolver apenas os problemas imediatos. As pressões políticas combatem as leis de caráter social e favorecem interesses privados de grupos. Assim, cada vez mais aguçam-se as contradições existentes e geram-se outras.

~~O fato é que as contradições básicas do modo de produção capitalista e as contradições geradas pela problemática urbana, levam os interesses do Estado e os interesses das classes dominantes e das classes populares a um confronto, e em consequência, estabelecem-se novos conflitos sociais, levando as reivindicações para um determinado plano, onde se procura equacionar alguns problemas urbanos, obscurecendo com isso a solução das contradições fundamentais.~~

Os movimentos sociais urbanos podem ser entendidos como uma mesma problemática da América Latina de hoje, porém, não podemos transpor os "modelos" e os problemas teóricos formulados por estudiosos europeus ou norte-americanos, já que os elementos históricos da própria realidade latino-americana têm suas características próprias e peculiares aos processos de desenvolvimento urbano; em outras palavras, o que é bom para os Estados Unidos não o poderá ser para o Brasil.

Mas, não podemos descartar as relações que existem entre as classes da América latina e da Europa, porque a penetração do capitalismo europeu e depois norte-americano foram decisivos na nossa formação política e econômica.

Temos as marcas da economia européia e norte-americana que formaram uma divisão do trabalho com formas típicas, desde o período colonial; o trabalho indígena, escravidão, etc...

Portanto, ao longo dos anos o Estado latino-americano foi assumindo um papel, o qual criou mecanismos de regulamentação para diminuir o antagonismo entre capital-trabalho,

~~isto através de legislações trabalhista e sindical e de outras ins~~
tituições, para minimizar os conflitos entre as classes.

Chegamos agora ao período autoritário, onde o Estado centraliza todas as iniciativas, fortalecendo o Poder Executivo do Governo Federal, e entregando a economia e a política nas mãos dos tecnocratas.

Portanto, aparecem os movimentos sociais populares com determinação e tendo como base as contradições sociais que afetam as classes populares em seu conjunto.

As contradições do capitalismo atingem primeiramente os trabalhadores, cuja situação piora cada vez mais, surgindo os movimentos operário e sindical. Esses movimentos são as greves (instrumentos de luta fundamental da classe trabalhadora) que visam, além das lutas por salários e melhoria das condições de trabalho, a se organizarem politicamente em partidos políticos ou em centrais sindicais, com o objetivo de uma melhor condição de vida.

E é dentro desta realidade que têm início os movimentos de bairros que almejam obter os serviços urbanos e melhorar a qualidade de vida do povo. Em São Paulo, por exemplo, os movimentos de bairro, tiveram início com as Sociedades de Amigos de Bairro, com bastante vigor na década de 50, procurando sempre se atualizar, e as comunidades Eclesiais de Base nos

bairros da periferia, que funcionaram como células de criação e de animação dos movimentos de bairro. Iniciados em torno de reivindicações locais alguns ganharam amplitude nacional, como o Movimento do Custo de Vida, o Movimento contra a Ceres-tia. E tantos outros movimentos, todos espontâneos e de uma composição heterogênea.

Há, porém, determinados movimentos que se originam de contradições que afetam certos contingentes da população trabalhadora e não a ela como um todo.

São contradições que se verificam no seio do povo, não é simplesmente a contradição dominados dominadores, mas entre discriminados e os discriminadores.

Dentre vários movimentos, destacamos o movimento feminista e o movimento dos negros, que acarretam um certo fra-cionamento dos grupos que lutam em defesa dos oprimidos.

Começaremos pelo movimento feminista. A mulher enfrenta uma jornada de trabalho muito difícil, isto porque tem o trabalho profissional fora de casa e o trabalho doméstico. Em nossas sociedades, tem-se por aceito que cabem à mulher as tarefas domésticas, o que conduz a um subdesenvolvimento psicológico e cultural em relação ao homem. Além disso, a mulher operária é obrigada a se empregar para equilibrar o orçamento familiar, mas seu trabalho é considerado apenas complementar ao ganho pelo marido ou pai. Em consequência, os salários que elas recebem são menores, e

assim existem várias outras discriminações. Porém o movimento feminista tem aumentado cada vez mais mesmo no meio da classe trabalhadora, embora enfrentando resistências nos homens submetidos tradicionalmente a valores "machistas".

Por sua vez, os negros são discriminados desde a escravidão, contra a qual sempre lutaram. Embora se fale em "democracia racial" e onde o número de negros é expressivo, essa discriminação permanece escondida muitas vezes sob formas sutis. Portanto, a luta negra abrange desde as atividades de natureza cultural, religiosa, até movimentos diretamente dirigidos contra a discriminação racial.

Portanto, existe uma consciência destes movimentos. Mesmo com derrotas e vitórias, a luta não se restringe aos campos das fábricas, dos sindicatos, dos bairros, ela pretende ganhar espaço no plano político para alcançar as transformações estruturais desejadas.

Isto leva os movimentos a tomarem posições novas face às suas finalidades e práticas, traçando programas com certa amplitude para se juntarem com outros segmentos da sociedade, como os grupos de pressão e de certa influência nos vários aparelhos do Estado.

Com estas novas posições coloca-se em questão a importância da participação do indivíduo em todos os níveis e em todos os planos, para uma melhor condição de vida.

Um dos principais fatores da unidade desses movimentos é a própria realidade objetiva. Isto porque os problemas do povo têm raízes comuns e suas lutas se deparam com obstáculos comuns, contudo, estes movimentos ganham força na medida em que são eliminadas as tendências político-ideológicas divergentes.

É bastante complexa a questão da articulação da vida no bairro com a vida no trabalho, dos interesses ligados ao consumo com os da produção.

Segundo vários estudos e pesquisas ficou evidente que os trabalhos comunitários nos bairros se baseiam fundamentalmente em relações de vizinhança, em participação em associações de amigos e associações reunidas por interesses concretos locais, em participação nas paróquias, com enormes dificuldades para que os indivíduos consigam referenciar-se com o trabalho nas fábricas e com o mundo de produção.

O fato é que o resultado da atuação desses movimentos sociais tem criado múltiplas atividades de ajuda mútua com o espírito e as práticas de cunho democrático, como por exemplo, mutirão, creches comunitárias, cooperativas, centros de saúde comunitária, sistemas de abastecimento da população pobre etc.

O que realmente está ocorrendo em certas circunstâncias, é a receptividade ou mesmo colaboração, de todos os indivíduos dentro da sua comunidade, abrindo assim caminhos novos e provando as imensas possibilidades de um autêntico

poder local com intensa participação popular.

Superando a lógica do lucro, experimentando formas alternativas de propriedade coletiva e de uso social, organizando mecanismos de participação nas instituições e principalmente nas decisões que afetam a todos, no Brasil temos um exemplo no município de Lages-Santa Catarina - de que falaremos mais adiante.

Isto prova que a retórica das "democracias relativas" de que o povo é incapaz de manifestar livremente seus problemas e as soluções correspondentes é uma mentira, isto porque são difundidas pelas ideologias dominantes.

É sabido que os movimentos sociais nascem de um grupo de pessoas que fazem opção por iniciar um trabalho organizado em favor de uma determinada coletividade. Essas pessoas normalmente são motivadas por ideologias ou posições políticas que conduzem a esta atuação.

Por sua vez estas pessoas se organizam e entram em contato com as bases para refletirem sobre o mundo que as cerca, e dentro deste clima de articulações ficam definidos os pontos de ação para solucionarem os problemas que lhes são comuns.

É aí que entra a importância da conscientização do povo para que uma vitória não vá diminuir a motivação ou afastá-lo das demais atividades, ou no caso de um fracasso, surjam o desânimo e o medo. É mister um trabalho de conscientização, onde exista um apoio firme de instituições expressivas - por

exemplo, o apoio que a Igreja vem prestando aos oprimidos nos anos de repressão - o fato é que com este apoio a tendência é uma participação maior por parte dos indivíduos que se sentirem ameaçados pelo autoritarismo, egoísmo e vanguardismo das elites.

À medida que os movimentos se desenvolvem, alargando seus objetivos, diversificando as tarefas, a tomada de decisões torna-se mais complexa, e conseqüentemente, se faz necessária a preocupação com a formação da base, que é uma tarefa difícil e demorada.

O papel que as Comunidades Eclesiais de Base vêm desenvolvendo, numa ideologia de auto-ajuda e da ajuda mútua, de não negociar com o Estado, da necessidade de participação, e de uma consciência crítica da realidade, criou uma rejeição à manipulação vinda de fora da comunidade.

Um fato importante é verificarmos que a História das classes populares nos demonstra que a opressão não frustrou as lutas do passado e no presente elas vão edificando a sociedade nova num processo constante de libertação. Por exemplo, os movimentos sociais - de indígenas, de camponeses, de operários, e inúmeras outras manifestações como a dos estudantes, de negros, de mulheres, dos homossexuais, etc., produziram modificações significativas na mudança social de cada país.

O fato é que os movimentos sociais, na medida em que vão ampliando seus objetivos e diversificando suas atividades, que seus participantes vão tomando consciência dos problemas

e da necessidade de resolvê-los por meio de mudanças estruturais, se colocam frente à questão política. E com isto não se deve restringir a questão política só aos partidos políticos, que é o condutor existente entre a Sociedade Civil e o Estado, mas a todos os movimentos sociais que questionam a sua realidade econômica, política e social.

Depois de experiências frustradas do populismo, do nacional-desenvolvimentismo, alguns países optaram por um capitalismo de base autoritária e internacionalizado (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai). Por outra parte, dentre os vários leques de alternativas, o nosso continente viveu muitas convulsões de instabilidade política, oscilando entre guerrilhas e ações clandestinas que precipitaram os golpes militares.

Considerando as peculiaridades da América Latina, a classe operária e o movimento operário sentem-se carentes e não têm conseguido aproveitar as conjunturas propícias para assumir o papel que lhes é reservado. Hoje em dia, em alguns países, setores significativos do movimento operário tomaram consciência desse fato e de suas implicações no processo de mudança social, por sua vez os movimentos sociais populares de bairros têm procurado uma aliança com o movimento operário que resguarde sua autonomia. E a melhor maneira de levar em frente estes movimentos é a construção de um movimento popular amplo.

A tradição histórica da América Latina tem variado em cada país. Onde a consciência política dos grupos e clas

ses se desenvolveu, a organização partidária fez-se forte e jogou um papel importante. Contudo, na maioria dos países e como resultado do período populista, o tipo de organização e de funcionamento desses partidos não favoreceu a participação real das camadas populares, o jogo eleitoral transformou-se num mecanismo de massificação e manipulação, e os políticos permaneceram como joguetes do poder dominante e não conseguiram uma representação autêntica. Desse modo, o povo vê com grande desconfiança o sistema eleitoral - partidário.

Portanto, nesses anos do governos autoritários e repressivos, em que os instrumentos políticos da Sociedade Civil estiveram cortados ou controlados, a Igreja surgiu como um espaço de liberdade para que os grupos e classes populares, e seus movimentos pudessem ser ouvidos. Não toda a Igreja mas uma parcela expressiva dela falou para "os que não têm voz nem vez". É importante frisar que o espaço representado pela Igreja foi ocupado pelos setores populares e não foi a Igreja que o ofereceu espontaneamente.

Com o processo de "abertura" em desenvolvimento em certos países, a Igreja já não é mais este espaço, mas sua força permanece.

Portanto, o que vale neste momento é o desejo de construir uma nova sociedade, eliminando as experiências, os erros dolorosos do passado, e descobrir formas apropriadas para a construção de um projeto onde a colaboração fecunda, pluralista, seja respeitada e que a causa maior seja a melhoria das condições de vida.

Que tem tudo isso a ver com a Democracia? É preciso ampliar o conceito de Democracia do mundo jurídico e institucional em que a encastelou a tradição liberal. Por outro lado, devemos verificar que os hábitos do passado não são mais os de hoje, e as experiências históricas nos servem apenas como auxílio para darmos continuidade ao próprio progresso do pensamento político.

Agora precisamos reivindicar uma real Democracia das maiorias populares, a partir de suas experiências de base. Como também, a Democracia não pode ser apropriada pelos neoliberais que têm servido aos Estados autoritários.

A Democracia se exerce em mil lugares, em pequenas mas significativas experiências 'portadoras de futuro', laboratórios de um novo mundo não tecnocrático e consumista.

Nas comunidades de base se inventam novas formas de exercício de participação e de poder compartilhado, preparando, quem sabe, outra fórmula de poder político.

A Igreja católica cria as condições preliminares da autogestão operária, respeitando até o fim, o caráter próprio do movimento popular.

Este é um exemplo de uma prática realista e ao mesmo tempo plenamente consciente de seu significado e valor ético.

CAPÍTULO — III

3.2. Democracia Participativa

Partiremos da própria indagação - **por** que desejamos enfocar Democracia ?

Devemos deixar claro que não pretendemos conceituar nem tão pouco oferecer um "modelo" viável para ser implantado em qualquer país do ocidente, mas uma reflexão em torno de algumas considerações referentes à própria valorização do homem.

Ao darmos importância à participação do indivíduo como o primeiro passo para consecução de uma sociedade mais justa (com maior igualdade social e econômica...), em outras palavras, ao elegermos a participação do indivíduo como base da transformação social e política da sociedade, é porque acreditamos que a conscientização do indivíduo, como um ser social e político, é a força inerente dos nossos dias.

E ao falarmos em participação, devemos compreendê-la no sentido de um contingente maior de pessoas, com objetivos definidos representando o pensamento da maioria (quantitativo).

A "Democracia Participativa", traduz a idéia do comprometimento democrático de todos os indivíduos e não só de uma minoria (quantitativa) no processo de mudança que se encontra emergindo no seio das bases sociais.

Se a experiência humana e política não basta para

estabelecer a "Democracia Participativa", numerosos trabalhos sobre a sociedade contemporânea confirmam que existe uma tendência crescente em vários países do bloco ocidental em questionar a política econômica e social vigente no mundo capitalista.

Essa tendência está ligada às evoluções profundas da produção, do modo de vida e dos fatores subjetivos correspondentes, (como por exemplo, a perturbação do mundo intelectual) com uma maior ênfase na emergência da aspiração à liberdade de escolha individual na existência, ao mesmo tempo que no crescimento da interação social.

E todo esse processo teve seu início a partir dos anos 60, quando surgiram os movimentos anti-racistas, as manifestações contra a guerra do Vietnã implementada pelos Estados Unidos, os movimentos estudantis, os movimentos das mulheres e tantos outros movimentos que questionaram a política econômica e social do mundo.

A aspiração consciente do povo rumo à "Democracia Participativa" começa a tomar corpo, e os movimentos de base estão cada vez mais tornando-se constantes no dia-a-dia das comunidades periféricas das grandes cidades da América Latina.

Esta é uma tendência histórica em considerável desenvolvimento e que está relacionada com o amadurecimento das contradições do sistema de base social.

As contradições sociais devem ser vistas dentro de suas raízes, pois só assim se poderá analisá-las e traçar uma

estratégia amadurecida em busca de caminhos novos e mais concretos.

A grande questão é a herança histórica da Democracia burguesa institucional, de suas práticas políticas, das idéias que lhe são constitutivas e que tornam essas práticas um nó de todo o conjunto das relações sociais que produzem o sistema.

Como, historicamente, passar disso - quer dizer, concretamente, da delegação de poder, da dependência a respeito da burocracia estatal, da relação dirigente/dirigido que domina toda a vida política - a uma "Democracia Participativa", que implique responsabilidade, compromisso consciente, iniciativa e, em definitivo, poder político a nível da síntese do conjunto, compartilhado por todos os indivíduos.

Nessa perspectiva, uma das questões mais difíceis é combinar a decisão por maioria com o eventual significado de vanguarda de posições minoritárias em desenvolvimento e com a necessidade mais geral de um desenvolvimento pluralista.

É necessário apoiar-se na herança; conservar, por conseguinte, as formas de exercício da Democracia tradicional, mas também criar outras novas, assimilar de maneira crítica o positivo da experiência histórica consagrada e ultrapassá-la.

A vida associativa, principalmente as formas de auto-organização de massas, em função de objetivos concretos, que poderemos chamar de democracia de base, fornecem uma parte da evolução do processo da "Democracia Participativa".

E aqui podemos fazer uma crítica ao desenvolvimento

tecnológico, no que se refere à estagnação que o mesmo causou no campo da evolução humana. Por exemplo, quando se utiliza um computador para suprir a participação popular está se anulando a capacidade do homem, ou seja, quando se utiliza o computador para responder sobre certas circunstâncias da vida, estão-se reduzindo os indivíduos como se todos fossem iguais e conseqüentemente, alienam-se e marginalizam-se os indivíduos de sua própria realidade.

Um outro exemplo, é a televisão; como meio de comunicação de massa tem sua importância, mas a sua manipulação leva o indivíduo também para uma marginalidade no que diz respeito a muitos juízos de valor.

Quando um espectador escuta um discurso de um membro do governo defendendo seus argumentos partidários e os interesses do próprio governo, distante da participação direta do espectador, cria-se em consequência um comportamento passivo e apático nos assuntos de interesses coletivos.

Ao questionarmos a participação do indivíduo dentro da problemática da Democracia, é porque desejamos adentrar no progresso do pensamento humano no que se refere à transformação da sociedade.

Um fato interessante a ser observado é a formação individualista do próprio homem. Embora o interesse coletivo não se oponha ao interesse individual, nossa sociedade enfrenta um novo tipo de indivíduo que é o indivíduo preocupado com

o seu dia-a-dia. Esta nova consciência que se encontra enraizada nas comunidades de base, se propaga dentro da sociedade sobre várias atividades reivindicativas, ou seja, o interesse de participar nos assuntos de ordem coletiva está tomando corpo e o indivíduo procura despojar-se do seu egoísmo investindo num senso de comunidade mais forte.

Porém, os caminhos a percorrer são difíceis, devido às peculiaridades e às raízes sócio-políticas de cada país.

Então vem logo a pergunta: Como iremos encarar a apatia política do cidadão comum? Em outras palavras, quem é responsável pela ausência de interesse político e pelo baixo nível de participação do cidadão comum?

A verdade é que as únicas questões que entendemos são aquelas das quais temos uma experiência pessoal, e que as únicas idéias que podemos realmente dominar são as que somos capazes de formular por nós mesmos.

E diante destas barreiras logo vem a pergunta: e qual será o caminho?

O importante dentro desta problemática é detectarmos os obstáculos e tentar removê-los para criar os requisitos para chegarmos a uma "Democracia Participativa".

E um primeiro requisito para se conseguir uma mudança é a própria conscientização do povo, ou seja, o povo precisa deixar de ver-se como consumidor e agir no sentido de ver-se como executor e desfrutador da execução e do desenvolvimento de

sua capacidade criativa.

E ao adentrarmos nesta fase de conscientização surge o outro importante requisito, que é a luta para a diminuição da atual desigualdade social e econômica.

Com essas duas mudanças na sociedade, de uma certa maneira entraremos num círculo vicioso, porém é de fundamental importância frisar que estes dois requisitos só serão satisfeitos com uma participação maior da população.

Portanto, somente mediante um envolvimento completo na ação política é que o povo poderá ultrapassar sua consciência de si mesmo como consumidor e apropriador, e daí poderemos conseguir uma mudança na desigualdade social com uma maior participação democrática.

O fato é que hoje estão acontecendo em vários países mudanças e estas são bastantes claras. Porém, o que nos interessa é que estes acontecimentos são provenientes de uma conscientização das classes menos favorecidas.

É importante frisar que hoje na América Latina existe uma luta permanente de vários segmentos da sociedade civil em busca de melhores condições de vida, e toda esta movimentação se faz através de suas reivindicações, que de uma certa maneira desprezam os partidos políticos e criam uma nova situação no campo político, que é a participação consciente do indivíduo.

Como por exemplo, no Brasil, vários segmentos da

sociedade civil. discutem desde as condições mínimas de saúde até a defesa do meio-ambiente, como também, os trabalhos comunitários desenvolvidos pela Igreja Católica.

E são estas mudanças que vão conquistando um espaço para ruptura dos conceitos e sistemas tradicionalistas. E são estas aberturas que vão criar um novo homem menos consumista, isto devido ao questionamento do mundo que o cerca.

È portanto, com base numa conscientização que os indivíduos devem participar dos problemas pertinentes à sua coletividade, e daí decidirem sobre a qualidade de vida e do trabalho que desejam viver.

E aqui entraremos numa interessante análise sobre os movimentos comunitários, como também sobre as associações constituídas para exercerem pressões no sentido de manter ou fortalecer aqueles valores contra as operações do que se pode chamar os complexos político--comerciais urbanos.

Os movimentos sociais que há muito tempo vêm tomando corpo nas sociedades em desenvolvimento, como é o caso brasileiro, onde as associações de bairros estão levantando suas bandeiras, aparecem também como uma nova forma de vida por parte dos moradores.

As grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, estão se transformando na periferia onde as comunidades de bairros tomaram uma consciência sobre a importância da união em torno das reivindicações coletivas.

E para não ficarmos apenas em argumentos teóricos, ilustraremos um fato concreto.

Na cidade do Rio de Janeiro os moradores de alguns bairros, ameaçados pelas obras de uma auto-estrada que corta a cidade do Rio de Janeiro ao meio, (ligando a Avenida Brasil à Barra da Tijuca), através das associações de moradores de bairros da capital fluminense, levaram suas queixas à Prefeitura Municipal, com o objetivo de serem reexaminadas as questões de ordem coletiva.

Ou seja, estas obras atingem vários prédios, destroem áreas de lazer, e os moradores destes bairros, através dos movimentos reivindicatórios, criaram um certo nível de conscientização no que diz respeito à preservação dos valores dos bairros e sua sobrevivência.

Daí a importância que estão tendo hoje as associações de moradores de bairros, por exemplo: "Em 1978, quando foi fundada a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), tais entidades não passavam de trinta. Hoje, são mais de duzentas..." Estamos gritando cada vez mais, avisa o atual presidente da FAMERJ. Seus companheiros agora sonham com a Confederação Nacional de Associações de Moradores, que reúna as centenas de associações de bairros espalhados pelo país". (1)

(1) VEJA. nº 684- Editora Abril - São Paulo, 14, Outubro de 1981 p. 71.

Um outro aspecto é a força que as associações de bairros estão ganhando junto às autoridades governamentais, pois até projetos estão sendo enviados pelos moradores.

As vitórias das associações se multiplicam a cada dia, e com isto aumenta a sensibilidade para campanhas futuras com novas legiões de vizinhos.

Portanto, é uma nova reflexão do próprio homem diante do seu cotidiano e da sua vida em comunidade.

"Sempre bem-humoradas, despejando torrentes de abaixo-assinados e organizando extravagantes passeatas - às vezes elas parecem espetáculos circenses emoldurados por carrinhos de bebês e bandas de música - as associações de bairros cariocas já catalogam cem mil militantes, e começam a despertar o interesse dos políticos. (2)

O fato é que se multiplicaram, sobretudo nos últimos tempos, organismos coletivos (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades eclesiais de base, e tantos outros) e além disso ganharam autonomia e representatividade na medida em que se desligaram praticamente da tutela do Estado, antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do país, ou mesmo os poderosos aparelhos privados como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), etc.

(2) VEJA. nº 684- Ed. Abril- São Paulo, 14 outubro de 1981 p. 72-

Isso abre a possibilidade concreta de intensificar a luta pelo aprofundamento da Democracia no sentido de deslocar cada vez mais "para baixo" o eixo das grandes decisões hoje tomadas "pelo alto".

O importante no atual momento histórico é ver se saímos da indiferença e apatia, para alargarmos a perspectiva da "Democracia Participativa."

Porém, este alargamento não é uma ruptura repentina e absoluta, neste período de transição, com o sistema capitalista, mas um processo onde a participação seja uma constante e em que o "poder" seja democrático.

É preciso partir do dado de que sistemas sociais tão complexos como as sociedades capitalistas altamente desenvolvidas seriam lançadas no caos se se tentasse mudar suas estruturas fundamentais da noite para o dia.

Portanto, só podemos imaginar uma transformação social e política na sociedade dentro de um processo a longo prazo, que possibilite uma ampliação dos espaços decisivos de ação democrática e de participação.

Pois, desenvolver relações sociais que se efetivem através da comunicação e cooperação entre pessoas, onde não haja dominação de uns sobre os outros, por meio de procedimentos educativos e preventivos, se tornou o objetivo central das atividades comunitárias.

Estas atividades comunitárias ocorrem tanto em casa, com pessoas criando novas relações familiares, nas escolas,

hospitais e mesmo entre um grupo de vizinhos ou bairros, desde que estes se identifiquem por necessidades comuns a serem satisfeitas.

Portanto, quando um grupo de pessoas se reúne para discutir seus problemas, muitas vezes sentidos como exclusivos de cada um dos indivíduos, descobrem existirem aspectos comuns, decorrentes das próprias condições sociais de vida, e partindo daí se organizam para uma ação conjunta visando à solução de seus problemas.

O nosso cotidiano tem apresentado inúmeros exemplos deste processo, desde grupos de mães, organizando e mantendo creches para seus filhos, mutirões entre moradores de um bairro para construção de locais para lazer, ou mesmo de moradias, até organizações de grupos para reivindicar água, luz, esgoto, etc.

O desenvolvimento de uma comunidade se dá de forma lenta, com avanços e recuos, pois o sistema social mais amplo a todo momento exerce pressões, diretas ou indiretas, para a manutenção de soluções individualistas, promovendo a competição e valorizando status e o prestígio da posse da propriedade. Um exemplo disto é observarmos algumas novelas ou propagandas na televisão, onde se tornam claras as pressões neste sentido.

Além destas influências sociais mais amplas, há todo um processo de aprendizagem das pessoas envolvidas numa experiência comunitária.

O se defrontar com os outros, o se descobrir diferenças

te, único, e, ao mesmo tempo, assumir a igualdade de direitos e deveres, a responsabilidade de pensar, de decidir e de agir, é um processo que se desenvolve através de práticas e reflexões sucessivas.

Portanto, não há receitas nem técnicas pré-definidas, cada grupo desenvolve um processo próprio, em função das suas condições reais de vida e das características peculiares dos indivíduos envolvidos.

Portanto, o que desejamos nesta reflexão é fixarmos uma opção para estudarmos as perspectivas dentro da realidade política, social e econômica em que vivemos, tendo como base os movimentos e as mudanças reinantes hoje, os quais estimulam um grau crescente de participação como algo possível.

Devemos ressaltar que o modelo macphersoniano de "Democracia Participativa" apresenta um conjunto de pré-condições que seriam as condições sociais da Democracia.

Daí começar-se a propor uma mudança da consciência popular, onde ela passa a ver-se não mais como consumidora, mas como agente e executora que desfruta de suas próprias decisões.

Os procedimentos para a "Democracia Participativa" seriam as associações de bairro e de vizinhança, lutas pela melhoria da qualidade de vida (poluição, transporte, comunicações, escolas, saneamento), e pela liberdade de expressão, pelos direitos das minorias (raciais, sexuais, coloniais), enfim, lutas onde os sujeitos não se vejam como consumidores.

Portanto, o modelo macphersoniano enfatiza os movimentos sociais e, apóia-se na ampliação do espaço político pela sociedade civil.

" O modelo da democracia participativa seria um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível de fábrica ou vizinhança... Prosseguiria até o vértice da pirâmide, que seria um conselho nacional para assuntos de interesse nacional, e conselhos locais e regionais para questões próprias desses segmentos territoriais"(3)

Esse conjunto de critérios políticos e sociais configura a Democracia como uma forma de vida social (cidadania, direito, eleições, partidos e associações, divisão de grupos majoritários e minoritários, diversidades de reivindicações, etc...) que se manifesta, sobretudo, em seu caráter representativo. Mas devemos entender que a crítica de Macpherson à democracia liberal tradicional se volta contra o modelo do equilíbrio pluralista elitista.

Macpherson dá bastante ênfase ao fato de que a Democracia modelada sobre o mercado e sobre a desigualdade sócio-econômica, é uma farsa bem sucedida, visto que os mecanismos por ela acionados destinam-se apenas a conservar a impossibilidade efetiva da Democracia.

Portanto, se dentro da tradição do pensamento democrático Democracia significa: a igualdade, a soberania popular,

(3) C.B.Macpherson. A Democracia Liberal. Origens e Evolução. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978. Trad.Nathanael C. Caixeiro.p. 110.

preenchimento das exigências constitucionais, do reconhecimento da maioria e dos direitos das minorias, da liberdade, torna-se óbvia a fragilidade democrática no sistema capitalista. No entanto, seria mais pertinente questionarmos a dimensão de um sistema estritamente político elegendo a vida social como questão primeira acerca da "Democracia Participativa".

As mudanças no que diz respeito à quantidade de participação política vêm paulatinamente e a luta pela desigualdade vigente e a imagem do homem consumidor e apropriador viriam reciprocamente, um levando a certa mudança o outro, e assim por diante; desse modo encontraremos saídas para vivermos dentro de uma sociedade mais participativa e mais igualitária.

O fato é que começamos a adentrar num período de transição. Aqui no Brasil e em outros países ocidentais, as aberturas surgem com as próprias peculiaridades de suas culturas, com objetivos definidos, ou seja, questionando a desigualdade social e econômica e uma maior participação no processo decisório nos assuntos que atingem toda a coletividade.

Os obstáculos óbvios dessa nova consciência que o homem está adquirindo face à exigência de uma nova ordem política, econômica e social, estão sendo eliminados pela própria mudança de comportamento das pessoas no seu dia-a-dia.

Para exemplificar esta argumentação teórica, basta verificar as associações de moradores de bairro e de favelas nas grandes cidades brasileiras, os movimentos operários nas fábricas, as Comunidades Eclesiais de Base que a Igreja

Católica está desenvolvendo nos países do Terceiro Mundo, e chegaremos à conclusão de que a "Democracia Participativa" não é apenas um discurso político inacabado, mas uma argumentação teórica próxima da própria realidade.

Porém, está ocorrendo uma descrença no que se refere à importância dos partidos políticos face a este período de transição no mundo capitalista. Ou seja, as associações de bairros e outras entidades de ordem coletiva estão tendo apoio de todos os segmentos da sociedade e, conseqüentemente, os indivíduos, na medida em que tomam consciência da importância de participar e terem uma visão do próprio mundo que o cerca, são levados a uma postura ativa e política.

Os partidos políticos na maioria dos países vivem hoje numa grande crise, isto porque não conseguem apreender a própria realidade. É como se a Política fosse uma coisa que ocorresse num plano e a realidade de nossas vidas em outro.

Os movimentos mais interessantes do mundo moderno acontecem fora dos partidos políticos. O movimento ecológico, por exemplo, ou o das mulheres, dos negros, dos homossexuais, todos estes movimentos estão ocorrendo fora dos partidos e mesmo as grandes revoluções atuais estão acontecendo também fora dos partidos.

De outra maneira estes acontecimentos levam os partidos políticos a apresentarem um novo discurso, defendendo desde a preservação ecológica ao respeito do direito das minorias (das mulheres, dos negros, dos índios, dos homossexuais),

~~pois devemos entender que somente poderemos entrar no verda-~~
deiro emaranhado da "Democracia Participativa" em sua profun-
didade, através de uma conjugação de forças incluindo os par-
tidos políticos.

Portanto, a "Democracia Participativa" terá mais acei-
tação na medida em que todas as instituições e entidades co-
letivas estiverem unidas elegendo a participação do indivi-
duo como a base de todos os objetivos políticos, econômicos
e sociais.

Gostaríamos de ilustrar esta reflexão de "Democracia
Participativa" com um caso concreto, ou seja uma , experiência
de "Democracia Participativa" numa cidade brasileira, denomina-
da Lages - Estado de Santa Catarina.

Esta experiência piloto poderá não ser um 'modelo' pa-
ra a nação brasileira mas talvez a sua essência possa contaminar
outros municípios, estados, a nação e outros países.

Não devemos esquecer que a Democracia deve
ser entendida como a própria vida, ou seja, dinâmica e sempre
ativa para novas transformações e melhores condições de vida.

Em Lages, município de Santa Catarina. a "Democracia
Participativa" é uma realidade, pois a prática democrática
deixou de ser um sonho para os lageanos, um novo estilo admi-
nistrativo tomou conta da comunidade municipalista.

O fato é que a mobilização popular e a participação
direta do povo tornou-se a característica fundamental desta

auto-organização popular.

Com esta nova prática administrativa, social e política, a administração pública municipal, reverteu o centro de decisões para o povo. Existe uma participação ativa nos vários assuntos de ordem comunitária. O povo participa através do trabalho e das suas associações de moradores de bairros urbanos, de núcleos agrícolas e dos distritos.

Existe um programa neste município, visando o aproveitamento intensivo de mão-de-obra e da terra, valorizando não só a pequena propriedade, como também incentivando a formação de cooperativas, e a utilização de recursos locais, como fatores de produção.

Com o objetivo de se criarem associações de moradores de bairros urbanos, e com formação de núcleos agrícolas e núcleos de distrito, de uma maneira simples, se investe na substituição do individualismo, promovendo o comunitarismo social.

Um fato interessante dentro desta realidade é, por exemplo, a discussão para calçar uma rua. A população do bairro define as prioridades a que deve obedecer e elege os meios para a consecução do plano desejado, isto pelo voto.

A atuação das Associações de Moradores de Bairros, parte dos bairros mais pobres - onde falta calçamento, luz e água - e se estende às associações de Pais e Professores das escolas municipais, aprendendo desde prevenir doenças até confeccionar cestas.

~~Um outro ponto importante, é a participação do indi~~
víduo na construção de casas populares. (A Habitação popular, é um dos maiores problemas do mundo subdesenvolvido).

O fato interessante no projeto de Habitação Popular em Lages é a simplicidade com que é estruturada. Existe um "Banco de Materiais" constituído de tijolos, telhas e madeiras oriundas de demolições urbanas, não reaproveitadas, podendo este material ser utilizada pela comunidade para construção de suas casas.

O trabalho é encarado como elemento da vida social, e desenvolve-se de tal maneira este espírito que existem hortas coletivas, denominadas pelos lageanos de "Hortão Comunitário".

Diante desta colocação devemos salientar que esta experiência-piloto de "Democracia Participativa" tem um significado histórico, pois, para se por em prática, é preciso uma organização do povo, e não é fácil conscientizar um povo massacrado por um modelo econômico que concentra riquezas e poder de decisão nas mãos de poucos. Mas para mobilizá-lo foi preciso recuperar a crença na sua própria capacidade de fazer as coisas, em vez de esperar a intervenção do Estado ou de algum patrão benevolente.

O fato é que a presença da comunidade se impõe, é solicitada e, assim, o sentimento comunitário está vivo em Lages, a participação de todos na tomada de decisão é indispensável para que todos se sintam igualmente comprometidos com os encargos financeiros decorrentes da obra de melhoria, como

por exemplo, o calçamento das ruas, a criação de postos médicos, ampliação de escolas. Em todos os acontecimentos a comunidade é chamada para opinar e eleger suas prioridades.

Um outro aspecto a ressaltar é a profundidade deste espírito comunitário que existe em Lages, pois as raízes da "Democracia Participativa" foram lançadas e a população desenvolve este espírito com muita clareza. A comunidade lageana assumiu uma postura bem diferente dos outros municípios catarinenses e aparece no cenário nacional com bastante destaque.

O que mais chama a atenção da experiência-piloto de "Democracia Participativa" em Lages, é o mutirão da habitação, pois é no mutirão que se concentram amostras de quase todas as experiências inovadoras em curso no município.

A "Democracia Participativa", vivida a nível municipal, é um progresso também, talvez decisivo, no treinamento democrático ao nível político mais próximo da vida de cada um e um passo na conquista de uma nova sociedade onde cada indivíduo possa participar das decisões que sirvam para melhorar as condições da comunidade como um todo.

Portanto, podemos tirar de Lages, além de muitas lições comunitárias, a preocupação de fazer renascer os valores locais, valorizando as tradições do povo. Até os humildes são levados a compreender que cultura é tudo o que o cérebro e a mão do homem produzem, e não apenas a erudição dos letrados da classe dominante.

O espírito de participação faz renascer também a própria libertação, pessoal ou coletiva, da população, no sentido de que a liberdade, pessoal se encontra na naturalidade com que cada um assume as suas relações sociais. Libertação, através da descoberta da criatividade de cada um, em qualquer campo, profissional ou não. Enfim, libertação para aquisição e transformação de conhecimentos novos.

Outro aspecto importante a tirar da "Democracia Participativa" é a ascensão do povo ao processo de decisões da municipalidade. Isto implica na redução da possibilidade de manipulação, de compra de votos através de promessas ou favores ou dinheiro, e mesmo através da desinformação.

Esta experiência não coloca em discussão o modo de produção capitalista a nível nacional. Porém Lages não pode ser uma ilha de progresso e de liberdade dentro de um país empobrecido e autoritário.

Portanto, nada impede que o sonho da "Democracia Participativa" de Lages se multiplique e contamine outras regiões, outros municípios.

E é com base nesta realidade que devemos acreditar na importância da participação do indivíduo para a consecução de uma Democracia onde a conscientização individual e social sejam uma verdadeira interação dentro do progresso político e social da sociedade.

CONCLUSÃO

Quando procuramos examinar as estruturas políticas, as formas de governo, é preciso partir do pressuposto de que todas as concepções políticas e filosóficas encontram as suas raízes profundas nas origens históricas, nas tradições, nas condições de vida e nas aspirações de cada povo.

Portanto, uma maneira de querer enfraquecer a Democracia é fazê-la voltar às suas fontes primitivas, ou seja, voltar à prática da Democracia, como conceberam e praticaram os gregos e romanos.

Mas é notório o progresso que se tem verificado ao longo dos últimos anos, no caminho do repensamento teórico sobre Democracia, levando-se em consideração a própria evolução da consciência política ou melhor, começamos a atravessar a barreira que é o questionamento do próprio indivíduo diante da sua realidade.

O questionamento do valor das decisões políticas é o drama da sociedade capitalista. E a própria evolução do pensamento individualista tem sido a base da inquietação que marca este período de transição política, social e econômica do mundo contemporâneo.

Portanto, não se poderia pretender resolver as questões pertinentes à Democracia, nem mesmo encaminhá-las propriamente, nos limites deste trabalho, por que algumas de suas implicações transcendem às limitações de uma reflexão teórica.

No entanto, partimos do princípio de que a análise de situações concretas, se não resolve, pelo menos serve para indicar os pontos pelos quais guiamos a reflexão.

Ao começarmos pelo pensamento político de Montesquieu nada mais desejávamos do que recuarmos às idéias que marcaram um período importante, que foi o século XVIII, com as grandes idéias e avanços no campo do conhecimento humano.

O fato é que as idéias de Montesquieu ao longo da história, serviram para formar as constituições dos sistemas democráticos do mundo ocidental, isto tanto nos países de forma Parlamentar como nos de forma Presidencial.

Isto levou-nos a concluir que a obra de Montesquieu não ficou limitada a uma teoria restrita, mas ultrapassou as fronteiras do tempo. Ou seja, a sua essência foi além de sua época, sua obra retratou a história real da sociedade em que vivia e fez com que os outros filósofos e cientistas políticos fizessem uma reflexão em torno de muitos assuntos, como por exemplo, as formas de governo, a educação, etc, alimentando assim o próprio aperfeiçoamento do

pensamento político.

Devemos enaltecer também, que o "Espírito das Leis" marcou o início da própria filosofia da Democracia.

Portanto, ter escolhido Montesquieu para desenvolver uma reflexão sobre Democracia, foi devido ao seu valor histórico, e assim o fazendo é porque acreditamos na história como a grande fonte de todos os grandes acontecimentos humanos.

Outro motivo também nos fez levá-lo em consideração, que foi o espírito revolucionário e reconhecidamente científico que caracterizou o autor do "Do Espírito das Leis".

Portanto, para Montesquieu a Democracia seria um regime de exceção, o qual preenchia todas as exigências da política ou seja, ela atingia a verdadeira esfera do político.

Entendia também que a Democracia não podia sofrer a divisão da educação, ou melhor, o homem não devia receber várias educações opostas, acarretando por conseguinte, uma crise de contradições. A educação para ele não podia ter fim, devia ser a vida toda. Pois na Democracia não pode acontecer a disparidade ou seja, a família, a escola e a própria vida devem falar a mesma linguagem.

E é com este pensamento que acreditava ser a educação a fonte da verdadeira transformação do homem ou seja, atingiria a esfera do político. E que a luta do dia-a-dia do indivíduo seria a própria educação permanente da Democracia.

E ao afirmar em sua obra que " o conluio é perigoso num senado e também entre o corpo dos nobres; não o é, porém, entre o povo, cuja natureza é agir pela paixão"(1), isto deixa bem claro que a desgraça de uma Democracia poderá acontecer quando se corrompe o povo, implicando, assim, uma apatia política e conseqüentemente, uma indiferença do povo com relação aos seus próprios interesses.

Porém, não podemos perder de vista que Montesquieu fez um estudo da realidade que vivia, e não da realidade que deveria ser, como também tomou como base os Estados pequenos, como Atenas e Roma, analisando-os sem uma visão finalista, livres e independentes de fins religiosos e morais ou seja, cientificamente. Sem esquecermos de que nesta época a ideia preponderante era a monarquia.

Portanto, repensar a Democracia vista por Montesquieu, não é desconhecer os demais pensadores da época, mas repensá-la como um processo histórico irreversível porém real. Montesquieu excluiu uma perspectiva religiosa e moral em sua obra, afastou-se também das teorias abstratas e dedutivas fazendo uma abordagem descritiva e comparativa dos fatos sociais.

E é exatamente com base nesta obra que adentramos na problemática da Democracia, com um referencial histórico e rico em questões políticas e sociais.

(1) Do Espírito das leis - Cap.2. Liv.II - Ed.Abril Cultural, 2ª edição, São Paulo, 1979. Trad.Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues. p. 33.

O erro histórico é pensar que para o florescimento da Democracia bastaria libertar a natureza humana de toda e qualquer restrição arbitrária. Isto não basta, pois a Democracia não é uma permissão, mas um trabalho do dia-a-dia de cada indivíduo.

E ao defendermos ou considerarmos o pensamento político de Montesquieu importante, é porque acreditamos que sua obra teve como base o conhecimento humano e representou, para o seu tempo, uma obra revolucionária.

Assim, verificamos que as idéias de nosso tempo, são um reflexo da própria evolução do pensamento do passado, e o fato é que dentro de uma mesma problemática, a Democracia, surge um elemento novo, que é a participação do indivíduo como base de uma nova maneira de viver.

É um fato fundador de uma nova realidade, e de uma nova consciência, determinação do indivíduo de participar do seu dia-a-dia.

A mobilização social implica a passagem da Democracia tradicional com participação popular limitada, para a de participação ampliada.

Isto responde ao processo psico-sociológico, em cujo transcurso os grupos imersos na passividade do modelo tradicional adquirem certa capacidade de comportamentos deliberativos, alcançam graus de aspiração, diferentes dos fixados pelo padrão antigo e, em consequência, manifestam certas atividades no terreno político, como por exemplo, as Comuni-

dades Eclesiais de Base.

Portanto, é inegável a contribuição advinda da mobilização social e a eclosão dos comportamentos das massas populares.

E é na luta pela participação que o indivíduo se conscientiza da sua força, e dos seus problemas sociais e econômicos que ao longo da história foram relegados em detrimento de um pequeno grupo, e esta conscientização, nos leva a indagar sobre o drama da humanidade, em função das forças irresistíveis que dominam o homem e sua posição como o único elemento necessário para justificar as instituições políticas.

As grandes perturbações sociais, as grandes crises econômicas, o desemprego, a inflação, as carências coletivas, demonstram que a maquinaria democrática está falhando como forma de governo e como técnica de organização do poder.

Portanto, a Democracia deve ser vista como a própria luta do homem no seu dia-a-dia, ou seja, a Democracia é a própria maneira de viver, de sentir e de desejar de um povo, é a luta pela participação para depurar suas idéias e defender os interesses coletivos, subordinando sempre ao interesse social qualquer outro interesse egoísta.

Poderemos entender a Democracia, como sendo a conquista do indivíduo através da participação. Uma conquista histórica do povo contra as classes sociais primitivas, que a princípio dominavam a estrutura política do Estado à

margem dos interesses comuns da sociedade.

E como a história não pode ser estática nem imutável, ao contrário, estão sempre acontecendo mudanças. Cada época gera o seu contrário, levando a sociedade a transformações fundamentalmente qualitativas.

O importante é conhecer como o homem se insere neste processo histórico, não apenas em como ele é determinado mas, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade em que vive, conscientizando-se da importância de participar do seu próprio destino.

Portanto, a participação passa a ser uma resposta consciente do indivíduo, o que faz alterar a identidade social, na medida em que, dentro dos grupos que nos definem, questionamos os papéis quanto à sua determinação e funções históricas.

Por conseguinte, a consciência individual do homem só pode existir nas condições de que existe a consciência social. Por outro lado, sabemos que a complexidade das sociedades contemporâneas é histórica e, se é assim, somente o homem se transformando é que poderá transformar a sociedade.

É difícil chegarmos a ter consciência de nós mesmos, e, mais ainda, é difícil chegarmos a ter uma consciência de classe. A melhor maneira de pensar a realidade e os significados atribuídos a ela, é questioná-la de forma a

desenvolver ações diferenciadas, isto é, novas formas de agir, que por sua vez serão objeto de nosso pensar, e que nos permitirão desenvolver a consciência de nós mesmos, de nosso grupo social e de nossa classe como produtos históricos de nossa sociedade, e também, cabendo a nós - agentes de nossa história pessoal e social - decidir se mantemos ou transformamos a nossa sociedade.

E pensando assim, defenderemos a participação do indivíduo como o grande passo para transformarmos a nossa sociedade. E para tanto buscamos o pensamento do filósofo político Macpherson sobre seu "modelo de Democracia Participativa".

E para desenvolvermos este pensamento tomamos como base os movimentos sociais que são exemplos concretos desta nova aspiração do homem de hoje.

E acreditando que a participação do indivíduo é uma preocupação do presente, ou seja, a dimensão da questão sobre participação começa a tomar um rumo, onde se delinea o próprio desenvolvimento político e social dos nossos dias.

Ao indagarmos sobre a viabilidade da participação do indivíduo dentro da sociedade hodierna, nada mais desejamos do que questionar o próprio indivíduo. Ou seja, ao elegermos a participação como um fator importante para a mudança da sociedade é porque não acreditamos em cópias heliográficas de sistemas políticos, mas na própria capacidade de o indivíduo se conhecer melhor e eleger sua forma de vida.

Tomamos o pensamento de Macpherson para repensar mos a Democracia, por que sua percepção política e social se aproxima da realidade dos países ocidentais, elegendo dois pontos básicos para concretização da "Democracia Participativa". Um, a mudança da consciência do povo, que é a única maneira de ver-se a agir como executor e desfrutador de execução ou seja, a mudança da imagem do homem como consumidor.

O outro ponto básico é a redução da desigualdade social e econômica. Mas estes dois temas fazem também parte do círculo vicioso da história, ou seja eles sempre estiveram em debates, embora só a nível teórico.

Portanto, para não cairmos no mesmo círculo vicioso, esta reflexão nos levará a entender que para existir uma ação política conjunta do povo, é preciso uma mudança prévia da desigualdade social e sua consciência de si mesmo, e isto só é possível com um aumento da participação.

E a consciência individual está sendo despertada quando procuramos verificar a nossa realidade. Os movimentos pacifistas na Europa, os movimentos sociais nos países da América Latina já são o despertar desta nova consciência social e política.

Esta reflexão sobre o significado de Democracia, nos fez adentrarmos na problemática fundamental da vida que é a consciência de si mesmo, como um meio de questionarmos a nossa própria história, pensá-la e modificá-la; eis o nosso desafio de hoje.

Ao questionarmos os inúmeros adjetivos que ao longo da história a palavra Democracia recebeu, reforçando assim seu indiscutível valor argumentativo, nada mais desejávamos do que repensarmos a nossa própria vida.

O fato é que todas as pessoas, como por exemplo, um líder sindical, um estudante, um comerciante, um religioso, etc... falam em Democracia, e esta corrida em busca da liberdade que ficou integrada à Democracia, demonstra que o desejo pela liberdade de participação é uma preocupação do presente.

E desejamos também evidenciar que a dimensão dos partidos políticos dentro da realidade das nações ocidentais não acompanhou as mudanças da sociedade, distanciando assim, seu discurso programático da maneira de viver do povo.

Porém, o que desejamos é levar o questionamento aos partidos políticos e conseqüentemente exigirmos um novo discurso, onde a realidade seja entendida, pois só poderemos ingressar numa sociedade mais participativa com uma conjugação de forças incluindo os partidos políticos e todos os movimentos sociais.

Acreditamos que a história é a maior fonte de todos os acontecimentos da pessoa humana, e para repensarmos a nossa própria realidade nada mais importante do que tomarmos a nossa história como base.

. Embora devamos entender que os problemas e os

conflitos do passado não são os de hoje, mas que as idéias de nosso tempo e de nossa geração são um reflexo da própria evolução dos pensamentos que animaram os filósofos e historiadores do passado, e a problemática da Democracia que inquietou os estudiosos ao longo da história humana, também nos inquieta pela sua complexidade e compreensão.

O fato é que a retórica da Democracia volta à tona, mas com um novo elemento. Este, como base da nova realidade que procuramos construir, isto é, elegemos o próprio indivíduo para modificar a sua imagem de consumidor e conseqüentemente lutar pela diminuição da desigualdade social e econômica, através de sua participação.

A participação aí entra como um desafio do dia-a-dia de todos os indivíduos na construção da sua própria vida. Isto poderá significar "poder", este "poder" são as relações entre as sociedades, os movimentos, as organizações e as instituições sociais que estão diretamente envolvidas na determinação de tal "poder", e é nesta esfera de "poder" que aparece a forma mais pura de "poder".

O "poder" da participação. E dentro desta participação entra a importância de uma conscientização maior do povo, para sua conquista de maturidade e do próprio equilíbrio de forças, que visam muito mais à construção do que à contradição.

Enesta luta pela conquista de maturidade, o homem cria dentro de si o desejo de se renovar e de participar

na construção do seu tempo e do seu lugar, pois só assim conseguiremos uma melhor condição de vida.

E esta seria a justificativa do próprio "Significado de Democracia" que procuramos repensar, ou seja investindo nos valores do indivíduo como base da evolução da democracia, através de uma conscientização maior de todos os indivíduos e conseqüentemente através dos movimentos sociais como um instrumento mobilizador e conscientizador do povo.

Os movimentos sociais, por sua vez, nos distinguem duas dimensões importantes, uma, a própria história e a outra, a conjuntural, ambas sempre interligadas, porém, mostrando aspectos diferentes.

A dimensão histórica nos leva a ver fatores típicos e distintivos de nossa realidade em relação ao capitalismo europeu, japonês e norte-americano.

Mas como nos interessam apenas os movimentos sociais, como um referencial básico desta reflexão, para a prática social e política da própria ação histórica, na América Latina atual, enfocamos o questionamento da política mundial, para melhor situarmos os movimentos sociais, tão atuantes na América Latina, hoje.

Isto por que as crises dos regimes militares autoritários fazem recuperar elementos fundamentais da sociedade civil antes minimizados. O fato é que as mudanças estão ocorrendo através dos movimentos sociais, e que os objeti-

~~vos destes vão além de atividades programadas, pois a pró-~~
pria dinâmica da participação leva todos a pensarem a sua realidade como ela é.

E dentro destes movimentos sociais enfocamos um exemplo que está sendo vivido no Brasil e em outros países latino-americanos, que são as Comunidades Eclesiais de Base, promovido pela Igreja Católica, sendo que sua importância se deu ao abrir espaço para os oprimidos falarem. Pois não é por mero acaso que o grande crescimento das comunidades de base se deu na década passada.

E todos os outros movimentos que se originam de contradições da realidade vivida, se verificam no seio do povo, não simplesmente pela contradição dominados e dominadores, mas os discriminados e os discriminadores, como por exemplo, os movimentos, feminista, negro e grupos minoritários. Portanto, estes movimentos têm uma mesma raiz, que são os problemas comuns, surgindo espontaneamente devido aos interesses concretos.

Portanto, não parece sonho repensarmos a Democracia a partir do questionamento do indivíduo e sua participação no seu dia-a-dia.

Isto prova que a retórica das "democracias relativas", de que o povo é incapaz de manifestar livremente seus problemas e as soluções correspondentes, é uma farsa, isto por que é difundida pelas ideologias dominantes.

Pois a Democracia se exerce em mil lugares, em pequenas mas significativas experiências "portadoras de futuro", laboratórios de um novo mundo não tecnocrático e consumista, como por exemplo foi no passado a experiência de Atenas e que no presente começa-se a conhecer uma nova visão de socialismo na França, movimentos sociais na América Latina, novas perspectivas políticas no Brasil e uma experiência piloto de uma "Democracia Participativa" que vive o município de Lages do Estado de Santa Catarina.

Portanto, a importância na determinação de uma consciência do indivíduo no conjunto da sociedade faz com que cada um de seus membros contribua para o conjunto da própria consciência social, e assim, cria-se uma interação dialética entre o desenvolvimento das duas consciências.

A Democracia é um desafio para a diminuição da pobreza, e, na consecução da independência racional de si mesmo, o "poder" social, exercido pelo povo, através do povo, produzido pela luta constante e pelo respeito ao trabalho, é invencível.

Portanto, para se efetuar uma verdadeira participação, é necessária uma estrutura social que deva, antes de tudo, eliminar a miséria material, e salvaguardar o livre desenvolvimento das energias vitais de cada um em todos os homens. Essa estrutura social seria a Democracia?

Entretanto, a Democracia não é uma condição de

"liberdade que possa ser oferecida, concedida ou garantida a um grupo populacional por um governo eleito ou totalitário, mas um desafio de cada um.

A Democracia não é uma manifestação acabada, mas antes de tudo um processo de luta incessante com os problemas de desenvolvimento ininterrupto de novas idéias, de novas descobertas e de novas formas de vida.

Enfim, as palavras aqui contidas só terão um significado social e político se elas forem capazes de alterar comportamentos e despertar as consciências para uma reflexão sobre a importância de uma maior participação dos indivíduos nos assuntos que dizem respeito aos nossos interesses coletivos.

Portanto, a Democracia de hoje não existirá amanhã, mas com base nela se pode renová-la, pois não existe renovação partindo do nada.

BIBLIOGRAFIA

1. ALTHUSSER, Louis. Montesquieu. A Política e a História. Editorial Presença, 2ª edição, Lisboa, Portugal, 1977.
2. ALVES, Márcio Moreira. A Força do Povo. Democracia Participativa em Lages. Editora Brasiliense, 2ª edição, São Paulo, 1980.
3. AGESTA, Luis Sanches. Princípios de Teoria Política. Ed. Nacional. Madrid- Espanã, 1967.
4. ASSMANN, Hugo. A Trilateral: Nova Fase do Capitalismo Mundial. Editora Vozes- Petrópolis - Rio de Janeiro, 1979. Tradução Hugo Pedro Boff.
5. BOBBIO, Norberto e outros. O Marxismo e o Estado. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1979. Trad. Frederica L. Boccardo e Renée Levie.
6. BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. Editora Forense, 4ª edição, Rio de Janeiro, 1980.
7. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política, Ed. Forense, 3ª edição, Rio de Janeiro, 1976.

8. BURDEAU, Georges. La Démocratie. Éditions du Seuil. Coll. Politique I, Nouvelle édition, Paris IV, France, 1966.
9. BOTTOMORE, Tom. Sociologia Política. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981. Trad. Francisco de Assis Pereira.
10. BORJA, J. Movimientos Sociales Urbanos. Nueva Visión, Buenos Aires- Argentina. 1975.
11. BURDEAU, Georges. Método de la Ciência Política. Ediciones Depalma - Buenos Aires - Argentina - 1964 - Traducción - Dr. Juan Carlos Puig.
12. CHEVALLIER, Jean-Jacques. Histoire de la Pensée Politique Éditions Payot, Paris-France, 1979. Tome I: De l'Etat - Cité à l'Etat - Nation monarchique.
Tome II: L'Etat - nation monarchique: Vers le décein.
13. CHEVALLIER, Jean-Jacques. As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias. Editora Agir, 3ª edição, Rio de Janeiro, 1976- Tradução Lydia Christina.
14. CHAUI, Marilena de Sousa. Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas. Ed. Moderna Ltda, São Paulo, 1981.
15. CARDOSO, Fernando Henrique. Democracia para Mudar. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

16. CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro. Ed. Difel, 3ª edição, Rio de Janeiro. 1977.
17. CATLIN. George E. Gordon. Tratado de Política. Zahar Editores, Rio de Janeiro. 1964- Tradução - Waltensir Dutra.
18. CRANSTON. Maurice. O que são os Direitos Humanos? - DIFEL- Difusão Editorial - São Paulo. 1979. Tradução de Reinaldo Castro.
19. DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1970. Trad. Cristiano Monteiro Oiticica.
20. DUVERGER, Maurice. La Démocratie Sans le Peuple- Editions du Seuil, Paris-France, 1967.
21. DUVERGER, Maurice. As Modernas Tecno-Democracias . Poder Econômico e Poder Político. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975- Trad. Max da Costa Santos.
22. DUVERGER, Maurice. Sociologie de la Politique. Eléments de Science Politique- Presses Universitaires de France - Paris - France 1973.
23. DIÁZ, Elias. Legalidad-legitimidad em el Socialismo Democrático. Editora Civitas, Madrid- España, 1977.
24. ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980. 6ª edição. Tradução: Leandro Konder.

25. FERREIRA, Luís Pinto. Teoria Geral do Estado.
Editora Saraiva, 3ª edição, São Paulo, 1975.
26. FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. A Reconstrução da Democracia . Editora Saraiva, São Paulo, 1979.
27. FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.
Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.
28. FRIEDRICH, Carl J. La Democracia como Forma Política y como Forma de Vida.
Editorial Tecnos, Madrid - Espanha, 1961
Traducción: C.Zabal Schmidt-Volz.
29. FOLHA DE SÃO PAULO- 26 de julho de 1981. Caderno 1º- Exterior.
30. GERMANI, Gino. Democracia Representativa y Clases Populares.
In: Populismo y Contradiciones de Clases en Latinoamérica.
Ed.Era, México DF.México, 1973-Série Popular.
31. HAURIOU, André. Derecho Constitucional e Instituciones Políticas. Ed.Ariel, Barcelona- España, 1971.
32. HORKHEIMER, Marx. Sociedad en Transición: Estudios de Filosofía Social. Ed.Peninsula, Barcelona, España, -1976.
33. HUNTINGTON. Samuel. A Ordem Política nas Sociedades em Mudança. Ed.Forense, Rio de Janeiro, 1975.

34. HOOK, Sidney. Política e Liberdade.

Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966.

Tradução de Luciano Miral.

35. JAGUARIBE, Helio. Sociedade Mudança e Política.

Ed. Perspectiva, São Paulo, 1975.

36. JAGUARIBE, Helio. Introdução ao Desenvolvimento Social:

Estudo Comparativo e Crítico das perspectivas Liberal e Marxista e dos Problemas da Sociedade não Repressiva.

Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

37. JIMINEZ, Manuel de Parga. Los regimenes políticos contem-

poraneos: teoria general del régimen, las grandes democracias contradicción democrática.

Ed. Tecnos, 5ª edición, Madrid-España, 1974.

38. JOYEUX, Maurice. L'Anarchie et la Revolte de la Jeunesse

Ed. Casterman- Paris- France.

39. KELSEN, Hans. Esencia y Valor de la Democracia.

Editora Nacional México-DF. México, 1974.

Traducción de la 2ª edición alemana por Rafael Luengo Tapia y Luis Legaz y Lacambra.

40. LACLAU, Ernesto. Política e Ideologia na Teoria Marxista:

Capitalismo, Fascismo e Populismo. Editora Paz e Terra,

Rio de Janeiro, 1978- Tradução: João Maia e Lúcia Klein.

41. LEFRANE, Georges. Socialismo Reformista.
Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1974.
Trad. Maria Tereza Ramos.
42. LIPSON, Leslie. A Civilização Democrática.
Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966.
Vol.I - Trad. Álvaro Cabral.
43. LIPSON, Leslie. Os Grandes Problemas da Ciência Política.
Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.
44. LEONTIEV, Alexis N., Actividad, Conciencia y Personalidad
Ed.Ciencias del Hombre, Buenos Aires, Argentina, 1978.
45. MACPHERSON, C.B. A Democracia Liberal. Origens e Evolução
Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
Trad. Nathanael C.Caixeiro.
46. MACPHERSON, C.B. A Teoria Política do Individualismo Pos-
sessivo de Hobbes até Locke.
Ed.Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
Trad. Nelson Dantas.
47. MELO, Osvaldo Ferreira de. Dicionário de Direito Político.
Ed.Forense, Rio de Janeiro, 1978.
48. MONTESQUIEU. Charles Louis de Secondant, (Baron de la Brède
et de - 1689-1755).

Do Espírito das leis. Montesquieu.

Ed. Abril Cultural, 2ª edição, São Paulo, 1979.

Trad. Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues.

49. NEUMANN, Franz. Estado Democrático e Estado Autoritário.
Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1969.

50. PAUPÉRIO, Arthur Machado. Teoria Democrática do Estado.
Editora Pallas, Rio de Janeiro, 1976 - Vol.I.

51. PRÉLOT, Marcel. As Doutrinas Políticas.
Editorial Presença, Lisboa-Portugal, 1974- Vol.IV
Trad. Natália Couto.

52. QUIRINO, Célia Galvão... O Pensamento Político Clássico:
(Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau).
Editor T.A. Queiróz Ltda, São Paulo, 1980.

53. ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social.
Edições de Ouro, Rio de Janeiro
Tradução Antonio de P. Machado.

54. ROJAS, Andres Serra. Ciência Política. Estructura y
Proyección de las Instituciones Políticas Contemporáneas.
Instituto Mexicano de Cultura, México, 1971-Tomo II.

55. REVISTA VEJA nº 684. 14 de outubro de 1981-
Editora Abril - São Paulo.

